

**Itaúsa Europa Investimentos
Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda**

**Relatório e contas
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011
(contas consolidadas)**

Itaúsa Europa Investimentos – SGPS, Lda

**RELATÓRIO E CONTAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

CONTEÚDO

- ° Relatório de Gestão da Gerência
- ° Demonstrações Financeiras Consolidadas
- ° Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
- ° Anexo – Carta-Circular do Banco de Portugal n. 58/2009/DSB, de 5 de Agosto
- ° Certificação Legal das Contas Consolidadas
- ° Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

ITAÚSA EUROPA INVESTIMENTOS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda.

RELATÓRIO DA GERÊNCIA

EXERCÍCIO DE 2011

A Itaúsa Europa Investimentos, SGPS, Lda. (“Itaúsa Europa”), empresa-mãe do Grupo Itaúsa Europa, é uma sociedade gestora de participações sociais, com sede na Zona Franca da Madeira, que, nos termos do artigo 2º dos seus Estatutos e em conformidade com o artigo 1º do Decreto-Lei n.º 495/88, de 30 de Dezembro (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 378/98, de 27.11), tem por objecto contratual exclusivamente a gestão de participações sociais de outras sociedades.

A Itaúsa Europa é titular de uma única participação social, constituída pela quase totalidade (99,99%) do capital da Itaúsa Portugal, SGPS, S.A. (“Itaúsa Portugal”), a qual, a seu turno, é titular da totalidade do capital do Banco Itaú BBA International, S.A. (“IBBAInt” ou “Banco”).

O presente Relatório resume os principais indicadores financeiros da sociedade em 2011, os quais, substancialmente, coincidem com os do IBBAInt, para cujo Relatório de Gestão ora se remete. Ademais, nos termos exigidos pela Lei 28/2009, procede-se ainda à descrição da política de remuneração dos membros dos órgãos de fiscalização e de administração da Itaúsa Europa.

Em 2011, a operação do Banco apresentou, mais uma vez, um desempenho positivo, resultante de um conjunto de factores, dentre os quais destacamos:

a) O comportamento da economia brasileira, cujo dinamismo propiciou um aumento do fluxo de negócios “cross-border”, reforçando a importância estratégica, no contexto da expansão internacional do Conglomerado Itaú Unibanco, das actividades conduzidas pelo Banco nos segmentos de Corporate & Investment Banking e de Private Banking internacional;

ITAÚSA EUROPA INVESTIMENTOS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda.

b) A maior integração das equipas e operações internacionais do Conglomerado Itaú Unibanco dedicadas ao segmento Corporate & Investment Banking, o que se reflectiu na utilização de uma identidade única – Itaú BBA – para este segmento, facto que justificou a alteração da denominação social do Banco Itaú Europa, S.A. para Banco Itaú BBA International, S.A. já no início de 2011; e

c) A manutenção de fortes indicadores financeiros de liquidez e de solvabilidade e de políticas de gestão de risco bastante conservadoras.

PERFORMANCE

No exercício de 2011, as contas consolidadas da nossa Sociedade revelam um activo de 5.212 milhões (Euros 463 milhões nas contas individuais). O prejuízo líquido ascendeu a Euros 49,3 milhões em termos consolidados (lucro de Euros 41 milhares nas contas individuais), o que representa um decréscimo de cerca de 223% relativamente ao resultado atingido em 2010. No final de 2011, o índice de solvabilidade da Sociedade atingiu 13,1%.

Quanto ao Banco, este encerrou o ano de 2011 com EUR 16,3 mil milhões de activos, garantias, compromissos e AuM consolidados, registando um crescimento de 2,5% face a 2010. O índice de solvabilidade chegou a 12,9% (rácio de Tier 1 11,5%) e os resultados consolidados foram negativos em EUR 48,5 milhões, devido a alguns factores não recorrentes tais como o impacto do resultado negativo do Banco BPI (EUR 62,5 milhões), a imparidade registada no goodwill e intangível reconhecido nalgumas unidades Private Banking (EUR 10,1 milhões) e ainda a estimativa de custos com pessoal registada no Luxemburgo para o despedimento colectivo decorrente da transferência das suas operações para o Banco Itaú Suisse (EUR 8,8 milhões), sem o que o resultado do Banco teria sido positivo em EUR 32,9 milhões. O produto bancário excluindo o impacto do resultado negativo do Banco BPI atingiu o montante de EUR 149,4 milhões, cerca de 18,5% superior ao registado no ano anterior.

ITAÚSA EUROPA INVESTIMENTOS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda.

REMUNERAÇÃO

A fixação da remuneração anual de cada membro do órgão de Gerência e do órgão de fiscalização da Itaúsa Europa compete privativamente à Assembleia Geral.

Em termos de estrutura de fiscalização, na sequência de deliberação tomada em 2009 pela Assembleia Geral, a Itaúsa Europa passou a contar, a partir de Fevereiro de 2010, com um Conselho Fiscal e um Revisor Oficial de Contas independente.

No exercício de suas funções globais, o Revisor Oficial de Contas auferiu, em 2011, €16 milhares.

A remuneração auferida pelos membros do Conselho Fiscal obedece à mesma política instituída ao nível do IBBAInt, sendo portanto constituída exclusivamente por uma quantia fixa em dinheiro, paga doze vezes durante o ano em montante determinado tendo em conta a situação da Itaúsa Europa e as práticas de mercado, de modo a assegurar a sua conformidade com os níveis retributivos normais para o desempenho de funções similares. A Política prevê que os membros do Conselho Fiscal que sejam membros de órgãos de fiscalização de sociedade em relação de domínio ou de grupo podem ser remunerados pelas referidas sociedades, caso em que poderão não ser remunerados pelo exercício das suas funções na Itaúsa Europa, facto que se verificou durante o exercício de 2011 relativamente a todos os membros do Conselho Fiscal.

A remuneração auferida pelos membros da Gerência é também constituída exclusivamente por uma quantia fixa em dinheiro, sendo paga doze vezes durante o ano em montante determinado tendo em conta a situação da Itaúsa Europa e as práticas de mercado, de modo a assegurar a sua conformidade com os níveis retributivos normais para o desempenho de funções similares.

Os membros da Gerência, tal como os do Conselho Fiscal, que sejam membros de órgãos de administração de sociedade em relação de domínio ou de grupo, ou que, no exercício de funções representativas da Sociedade, integrem órgãos sociais de sociedades fora do Grupo Itaú Unibanco, podem ser remunerados pelas referidas sociedades, caso em que poderão

ITAÚSA EUROPA INVESTIMENTOS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda.

não ser remunerados pelo exercício das suas funções na Itaúsa Europa. Em 2011, nenhum membro da Gerência da Itaúsa Europa auferiu qualquer remuneração paga por esta sociedade.

A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, conceder direito de reforma aos membros da Gerência, estabelecendo o respectivo regime.

Finalmente, cumpre observar que é proibida a concessão de crédito, sob qualquer forma ou modalidade, incluindo a prestação de garantias, quer directa quer indirectamente, aos membros do órgão de administração ou do órgão de fiscalização, ou a pessoas a estes relacionadas nos termos de política corporativa específica.

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Dando cumprimento ao previsto na Lei e nos Estatutos da Sociedade, propomos que o resultado líquido positivo apurado no exercício de 2011, no valor de Eur 41.177,46 seja aplicado da seguinte forma:

Euros 4.117,75	para reserva legal
Euros 37.059,71	para reservas livres

Funchal, 8 de Maio de 2012

A Gerência

Itaúsa Europa Investimentos
Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda.

Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

		31.12.2011		31.12.2011
		Valor bruto de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido de imparidade e amortizações
ACTIVO	Nota			Valor líquido de imparidade e amortizações
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	5	545.295		545.295
Disponibilidades em outras Instituições de Crédito	6	163.550		163.550
Activos financeiros detidos para negociação	7	573.619		573.619
Outros activos financeiros				
ao justo valor através de resultados	9	76.535		76.535
Activos financeiros disponíveis para venda	10	41.130		41.130
Aplicações em Instituições de Crédito	11	565.392		565.392
Crédito a Clientes	12	3.062.643	(12.250)	3.050.393
Outros activos tangíveis	13	22.014	(8.438)	13.576
Goodwill e activos intangíveis	14	164.134	(73.022)	91.112
Investimentos em associadas e filiais				
excluídas da consolidação	15	31.611		31.611
Activos por impostos correntes	16	1.640		1.640
Activos por impostos diferidos	16	9.290		9.290
Outros activos	17	48.489		48.489
Total do Activo		5.305.342	(93.710)	5.211.632
PASSIVO				
Passivos financeiros detidos para negociação				
e ao justo valor através de resultados	18	555.555		555.555
Recursos de Bancos Centrais	19	-		-
Recursos de outras Instituições de Crédito	20	803.264		803.264
Recursos de Clientes e outros empréstimos	21	1.459.161		1.459.161
Responsabilidades representadas por títulos	22	1.618.289		1.618.289
Derivados de cobertura	8	3.197		3.197
Provisões	26	1.158		1.158
Passivos por impostos correntes	23	8.530		8.530
Passivos por impostos diferidos	23	10.610		10.610
Passivos subordinados	24	83.116		83.116
Outros passivos	25	92.422		92.422
Total do Passivo		4.635.302	-	4.635.302
CAPITAIS PRÓPRIOS				
Capital	27	407.390		407.390
Reservas de reavaliação de justo valor	28	(1.379)		(1.379)
Outras reservas e resultados transitados	29	219.561		219.561
Resultado líquido consolidado		(49.266)		(49.266)
Total dos Capitais Próprios		576.306	-	576.306
atribuíveis aos accionistas do Grupo		576.306	-	576.306
Interesses não controlados	30	24		24
Total dos Capitais Próprios		576.330	-	576.330
Total do Passivo e dos Capitais Próprios		5.211.632	-	5.211.632
RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS				
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	31			278.278
Compromissos	31			1.049.122
Responsabilidades por prestação de serviços	31			9.967.085

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas,

A Gerência,

Itaúsa Europa Investimentos
Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda.

Demonstração dos resultados consolidados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Note	31.12.2011	31.12.2010
Juros e rendimentos similares		92.391	73.045
Juros e encargos similares		(43.592)	(36.577)
Margem financeira	32	48.799	36.468
Rendimentos de instrumentos de capital		-	267
Comissões recebidas		98.440	94.605
Comissões pagas		(8.216)	(8.621)
Comissões líquidas	33	90.224	85.984
Rendimentos e receitas operacionais		5.440	2.912
Encargos e gastos operacionais		(7.168)	(9.216)
Outros impostos		(3.878)	(1.370)
Ganhos e perdas não correntes	34	(5.606)	(7.674)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados		17.081	11.261
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		(1.157)	275
Outros resultados em operações financeiras		60	(464)
Resultados em operações financeiras	35	15.984	11.072
Produto bancário		149.401	126.117
Custos com pessoal	36	(67.714)	(51.719)
Gastos gerais administrativos	37	(31.015)	(30.494)
Depreciações e amortizações	13/14	(13.356)	(16.329)
Custos de estrutura		(112.085)	(98.542)
Imparidade e outras provisões líquidas	26	(497)	1.824
Imparidade e outras provisões líquidas sobre o goodwill e intangível	26	(10.131)	-
Resultado antes de impostos		26.688	29.399
Impostos sobre os lucros	38		
Impostos correntes		(14.483)	(6.660)
Impostos diferidos		1.013	(140)
Resultado de empresas consolidadas (equivalência patrimonial)	15	(62.485)	17.476
Resultado consolidado global		(49.267)	40.075
Resultado atribuível a Interesses não controlados	30	1	1
Resultado consolidado do Grupo		(49.266)	40.076

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas,

A Gerência,

Itáusa Europa Investimentos
Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda.

Demonstração de rendimento integral consolidado para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	31.12.2011			31.12.2010		
	Atribuível aos accionistas do Grupo	Atribuível aos Interesses não controlados	Total	Atribuível aos accionistas do Grupo	Atribuível aos Interesses não controlados	Total
Resultado consolidado	(49.266)	(1)	(49.267)	40.076	(1)	40.075
Reservas de reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda:						
Reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	(100)	-	(100)	510	-	510
Impacto fiscal	16	-	16	545	-	545
Variações cambiais e outros movimentos	(62.139)	(32)	(62.171)	(45.337)	1	(45.336)
Resultado não incluído na demonstração de resultados consolidada	(62.223)	(32)	(62.255)	(44.282)	1	(44.281)
Rendimento integral consolidado	(111.489)	(33)	(111.522)	(4.206)	-	(4.206)

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas,

A Gerência,

Itaúsa Europa Investimentos
Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda.

Demonstração de alterações do capital próprio para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital	Reservas de reavaliação justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Resultado do Exercício	Interesses minoritários	Total de Capitais Próprios
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	407.390	(2.350)	250.999	35.962	189.065	881.066
Incorporação em reservas do resultado líquido de 2009	-	-	35.962	(35.962)	-	-
Alienação de 2% do investimento na IPI	-	-	-	-	(189.008)	(189.008)
Rendimento integral no exercício de 2010	-	1.055	(45.337)	40.076	-	(4.206)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	407.390	(1.295)	241.624	40.076	57	687.852
Incorporação em reservas do resultado líquido de 2010	-	-	40.076	(40.076)	-	-
Rendimento integral no exercício de 2011	-	(84)	(62.139)	(49.266)	(33)	(111.522)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	407.390	(1.379)	219.561	(49.266)	24	576.330

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas,

A Gerência,

Itaúsa Europa Investimentos

Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	31.12.2010	31.12.2009
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Juros e comissões recebidos	166.557	170.789
Juros e comissões pagos	(46.167)	(77.314)
Pagamentos a empregados e fornecedores	(88.803)	(72.426)
Resultados operacionais antes de alterações nos fundos operacionais	31.587	21.049
(Aumentos)/diminuições dos activos operacionais		
Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda	80.473	(135.471)
Aplicações em Instituições de Crédito	(397.451)	529.791
Depósitos em bancos centrais	362.024	(253.128)
Créditos sobre clientes	(399.161)	476.862
Outros activos operacionais	1.378	6.948
Aumentos/(diminuições) dos passivos operacionais		
Passivos financeiros detidos para negociação	(20.006)	11.164
Recursos de Bancos Centrais	-	(15.567)
Recursos de outras Instituições de Crédito	340.407	33.416
Recursos de Clientes e outros empréstimos	(184.570)	(480.827)
Responsabilidades representadas por títulos	187.711	(70.245)
Derivados de cobertura	(2.027)	-
Outros passivos operacionais	27.940	(54.923)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais antes do pagamento de impostos sobre os lucros	28.305	69.069
Impostos pagos sobre os lucros	(4.701)	(989)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais	23.604	68.080
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
(Aquisições) / venda de participações em subsidiárias	6.142	(59.317)
Dividendos recebidos	268	11.619
Compra de imobilizações	(10.716)	(5.812)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento	(4.306)	(53.510)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Dividendos pagos	-	-
Amortizações de Dívida Subordinada	-	(146.570)
(Aquisições) / vendas de Dívida Subordinada Própria	(50)	(2.500)
Juros pagos das actividades de financiamento	(1.108)	(4.865)
Aumento de capital social	-	152.700
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento	(1.158)	(1.235)
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	12.641	(5.924)
Aumento/(diminuição) em caixa e seus equivalentes	30.781	7.411
Caixa e seus equivalentes no início do período	85.060	77.649
Caixa e seus equivalentes no fim do período	115.841	85.060
Caixa (Nota 5)	97	96
Disponibilidades em outras Instituições de Crédito (Nota 6)	115.744	84.964
	30.781	7.411

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Técnico Oficial de Contas,

A Gerência,

ITAÚSA EUROPA INVESTIMENTOS, SGPS, LDA.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de euros)

NOTA 1 - ACTIVIDADE E ESTRUTURA

A Sociedade, com sede na Zona Franca da Madeira, foi constituída por escritura pública celebrada em 23 de Fevereiro de 2001, com a denominação de Custode – Consultores, Serviços, Lda (Custode) e um capital social de €5 milhares, repartido em duas quotas iguais.

O objecto da Custode consistia na prestação de serviços nas áreas contabilística, económica, da informática, da engenharia civil, da arquitectura, construção, promoção e comercialização de empreendimentos imobiliários turísticos e hoteleiros, consultoria nas referidas áreas e na criação e desenvolvimento de empresas de âmbito internacional, importação e exportação por grosso ou a retalho, comissões e consignações, prospecção de mercados, serviços de promoção e marketing, aquisição, exploração e transferência de patentes, marcas e direitos de autor, compra de imóveis para revenda e gestão da carteira de títulos próprios.

Em 28 de Dezembro de 2001 a Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e a Itaúsa Export, S.A., ambas com sede no Brasil, adquiriram a totalidade do capital social da Custode aos anteriores sócios, respectivamente por €2,5 milhares cada. Nessa mesma data, os referidos sócios procederam a um aumento do capital social de €5 milhares para €244.767,8 milhares, por entradas em espécie, conforme segue: (i) a Itaúsa – Investimentos Itaú, S.A. transferiu para a Custode 3.251.336 acções, com valor nominal unitário de €5, representativas de 12,14% do capital social da sociedade anónima Itaúsa Portugal – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA (Itaúsa Portugal), acções a que atribuiu o valor de €29.705,8 milhares e (ii) a Itaúsa Export S.A. transferiu também 23.538.235 acções representativas de 87,86% do capital social da Itaúsa Portugal, acções a que atribuiu o valor de €215.057 milhares.

Em 19 de Agosto de 2002, foi realizada uma alteração parcial de pacto, passando a Custode a denominar-se Itaúsa Madeira – Investimentos, SGPS, Lda cujo objecto social é a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

Em 5 de Novembro de 2003, a Itaúsa Madeira - Investimentos, SGPS, Lda alterou a sua denominação social para Itaúsa Europa Investimentos, SGPS, Lda (**Itaúsa Europa ou Sociedade**).

A Sociedade faz parte do Grupo Itaú Unibanco (Brasil) e tem por objecto a gestão de participações sociais, como forma indirecta de exercício de actividades económicas, em conformidade com os Decretos-Lei nº 495/88 e nº 318/94, de 30 de Dezembro e 24 de Dezembro, respectivamente.

Em 3 de Novembro de 2008, a Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (Itaúsa) e o Unibanco Holdings S.A. (Unibanco Holdings) assinaram contrato de associação visando à unificação das operações financeiras do Banco Itaú S.A. (Itaú) e do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. (Unibanco), de modo a formar o maior conglomerado financeiro privado do Hemisfério Sul. Deste modo, o Itaú Unibanco é actualmente detentor (indirecto) da quase totalidade do capital social da Itaúsa Europa.

A actividade e os accionistas das subsidiárias e associadas da Sociedade resumem-se como segue -

A Itaúsa Portugal - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA (Itaúsa Portugal) foi constituída em 22 de Dezembro de 1988 com a denominação de Itaúsa Portugal - Sociedade de Investimento, SA. Em 28 de Outubro de 1994, por alteração do contrato social, a Sociedade foi transformada em sociedade gestora de participações sociais, tendo passado a designar-se Itaúsa Portugal - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA.

A actividade e os accionistas das subsidiárias da Itaúsa Portugal são como segue -

O **Banco Itaú BBA International, SA** (IBBAInt ou Banco), anteriormente denominado Banco Itaú Europa SA, foi constituído em 28 de Outubro de 1994 e tem como único accionista a Itaúsa Portugal, SGPS, SA (Itaúsa Portugal), sociedade que integra o Grupo Itaú Unibanco (Brasil). Em 31 de Dezembro de 2010 o capital do Banco, integralmente subscrito e realizado, ascende a €535.624 milhares.

O Banco está autorizado, pelo Ministério das Finanças, a desenvolver actividade bancária nos termos das directrizes reguladoras vigentes em Portugal. A actividade do Banco orienta-se, preferencialmente, para a realização de operações no mercado interbancário, no mercado de capitais e para o financiamento de operações de comércio externo.

A partir de Fevereiro de 1995, o Banco passou a desenvolver a generalidade das operações envolvendo não residentes através da sua Sucursal Financeira Exterior (SFE), situada na Zona Franca da Madeira. Em Junho de 1999 iniciaram-se as operações na Sucursal Financeira Internacional (SFI), também situada na Zona Franca da Madeira. Em Janeiro de 2003, o Banco passou a operar em Londres através de uma Sucursal. Em 31 de Dezembro de 2011, as dotações de capital atribuídas a estas três sucursais são de €424 milhares, de €5.660 milhares e de €100.000 milhares, respectivamente.

A 2 de Novembro de 2010 o Banco de Portugal deliberou a autorização de alteração de denominação social do Banco Itaú Europa S.A. para Banco Itaú BBA International S.A., alteração essa que foi efectuada junto ao Registo Comercial no dia 03 de Fevereiro de 2011.

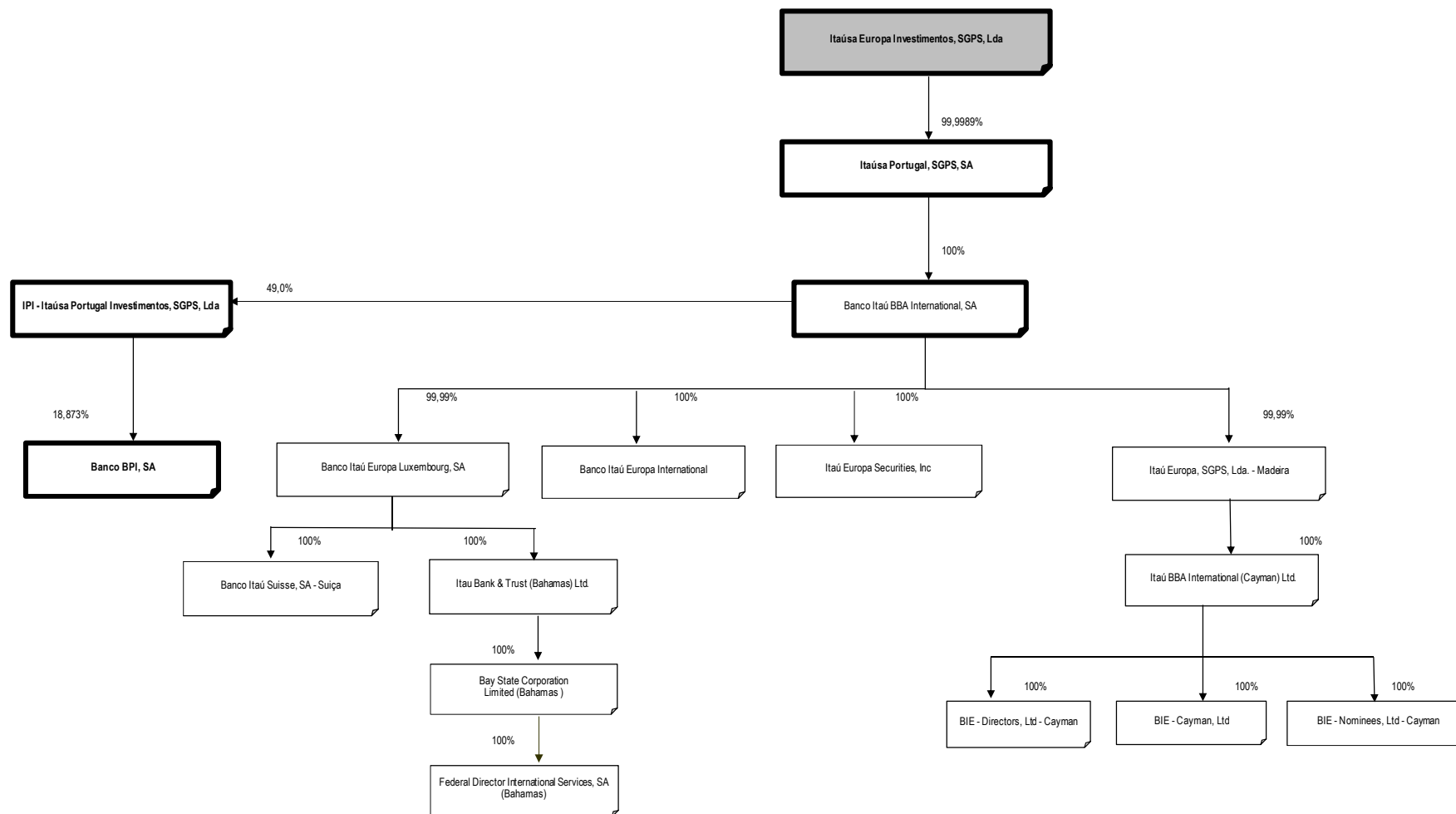
Em 31 de Dezembro de 2011, a informação financeira do Banco e das suas principais subsidiárias resume-se como segue –

	Participação (%)		Total do activo líquido a) / b)	Total dos capitais próprios a) / b)	Resultado do exercício a) / b)
	Directa	Efectiva			
Banco Itaú BBA International, SA (individual)	-	-	3.744.568	514.025	(111.989)
Itaú Europa SGPS, Lda	99,99%	99,99%	79.460	79.444	3.063
Itaú BBA International (Cayman) Ltd (consolidado)	-	99,99%	1.135.559	73.838	3.116
BIE Luxembourg, SA (consolidado)	99,99%	99,99%	1.256.592	177.797	(5.433)
inclui:					
<i>Itau Bank & Trust Bahamas, Ltd (consolidado)</i>	-	99,99%	38.732	28.343	672
<i>Banco Itaú Suisse, SA</i>	-	99,99%	130.325	62.708	(9.171)
Banco Itaú Europa International	100,00%	100,00%	1.124.973	161.981	495
Itaú Europa Securities, Inc.	100,00%	100,00%	15.911	301	38

a) Os valores reportam-se a 31 de Dezembro de 2011 (saldos contabilísticos, antes de movimentos de consolidação)

b) A data de fecho das contas estatutárias do Itaú BBA International (Cayman) Ltd é 31 de Outubro de cada exercício. Contudo, para efeitos de consolidação, foram utilizados os valores correspondentes aos 12 meses da actividade desenvolvida no decurso do ano de 2011.

Em 31 de Dezembro de 2011, a sociedade detém as seguintes participações em empresas subsidiárias e associadas:



I. A sociedade Itaú Europa, Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda (Itaú Europa - SGPS), com sede na Zona Franca da Madeira. Em 31 de Dezembro de 2011 o capital social da sociedade ascende a €68.126 milhares, integralmente subscrito e realizado, encontrando-se representado por 2 quotas, de valor nominal de €68.125.860,42 e €139,58, detidas pelo Banco e pela Itaúsa Portugal, respectivamente. A actividade desta subsidiária consiste na gestão de participações financeiras do Banco no estrangeiro.

A Itaú Europa – SGPS detém a 100% a seguinte sociedade com sede nas Ilhas Caimão:

I.1. O Itaú BBA International (Cayman) Ltd., constituído em Julho de 1996 com a denominação BIE-Bank&Trust Ltd.. Em 27 de Maio de 2003, o capital social, que totalizava USD 80 milhões, foi redenominado de USD para EUR, tendo sido atribuído o valor de €67.200 milhares, com base no câmbio indicativo do Banco de Portugal da referida data. Em 31 de Dezembro de 2011, o capital social do Itaú BBA International (Cayman) Ltd. está representado por 80.000.000 acções de €0,84 cada, integralmente subscrito e realizado pela Itaú Europa – SGPS. Este banco está licenciado para praticar todos os actos e negócios próprios das instituições bancárias e de “trust” nos termos da “Banks and Trust Companies Law” das Ilhas Caimão e posiciona preferencialmente a sua actividade na realização de operações de comércio externo.

A 04 de Março de 2011, deu-se a alteração da denominação social de BIE - Bank & Trust Ltd. para Itaú BBA International (Cayman) Ltd..

O Itaú BBA International (Cayman) Ltd. detém a 100% as seguintes subsidiárias com sede nas Ilhas Caimão:

I.1.1. A sociedade BIE - Cayman Ltd, constituída em Abril de 1996 com um capital social de USD 1, representado por 1 acção. Em 2004, o seu capital social foi aumentado para USD 600.000, representado por 600.000 acções. Em 31 de Outubro de 2007, a sociedade procedeu à redenominação do seu capital de USD 600.000 para EUR 415.311,14 à taxa de câmbio de EUR/USD 1,4447. A 31 de Dezembro de 2011, o BIE Cayman era Investment Manager dos seguintes fundos de investimento:

- ° Moselle Investment Fund, Ltd
- ° Alana Investment Fund, Ltd
- ° Ricrud Investment Fund, Ltd
- ° Hudson Investment Fund, Ltd

Em 31 de Dezembro de 2011, as Demonstrações Financeiras preliminares dos referidos fundos apresentam activos líquidos totais no montante de USD 558 milhões (31.12.2010: USD 947 milhões).

I.1.2. A sociedade BIE - Nominees Ltd, constituída em Fevereiro de 1997 com um capital social realizado de USD 1, representado por 1 acção. O seu objecto social consiste na prestação de serviços de *Private Banking* ao Itaú BBA International (Cayman) Ltd ou a clientes desse banco. Os estatutos da sociedade prevêm que o seu capital social possa ser aumentado até ao montante de USD 50.000.

I.1.3. A sociedade BIE - Directors Ltd, constituída em Fevereiro de 1997 com um capital social realizado de USD 1, representado por 1 acção. O seu objecto social consiste na prestação de serviços de *Private Banking* ao Itaú BBA International (Cayman) Ltd ou a clientes desse banco. Os estatutos da sociedade prevêm que o seu capital social possa ser aumentado até ao montante de USD 50.000.

II. O Banco Itaú Europa Luxembourg, SA (BIE Luxemburgo), com sede no Luxemburgo, tem como principal actividade a realização de operações nas áreas do *Private Banking*, mercados de capitais e interbancários. O BIE Luxemburgo pode ainda realizar todas as demais operações que sejam ou possam vir a ser permitidas no âmbito das directrizes reguladoras emitidas pelas entidades reguladoras competentes. Em 27 de Março de 2003, a Itaúsa Portugal entregou a sua participação de 99,95% no capital do BIE Luxemburgo ao IBBAInt para realização do aumento de capital em espécie desta última entidade, tendo-lhe atribuído um valor de €27,3 milhões.

Em Maio de 2007, o BIE Luxemburgo aumentou o seu capital social em USD 40 milhões, passando a USD 60 milhões integralmente subscrito e realizado, representado por 6.000 acções ordinárias de USD 10.000 cada.

Em Agosto de 2009, realizou-se a fusão entre o Banco Itaú Europa Luxembourg S.A. (BIEL) e o Unibanco – União de Bancos Brasileiros (Luxembourg) S.A. (UBB Lux), mediante a incorporação deste último pelo primeiro e a consequente transferência global do património do UBB Lux para o BIEL e atribuição aos sócios do UBB Lux de acções do BIEL.

Os Conselhos de Administração dos dois Bancos acordaram realizar a fusão com base no Net Asset Value apurado nas demonstrações financeiras dos mesmos à data de 31 de Maio de 2009.

Consequentemente, com a fusão, os Capitais Próprios do BIEL aumentaram em USD 85.451.815 (Net Asset Value do UBB Lux a 31 de Maio de 2009) através da emissão de 3.767 acções com valor nominal unitário de USD 10.000 que constituíram a participação da Unipart Participações Internacionais Ltd. (Unipart, único accionista do UBB Lux) no valor de USD 37.670.000. Os restantes USD 47.781.815 entraram como prémio de emissão.

A 16 de Novembro de 2009, a Unipart vendeu a sua participação no BIEL ao IBBAInt pelo valor de USD 85.451.815.

A 31 de Dezembro de 2011, o capital do BIEL encontrava-se integralmente subscrito e realizado, ascendendo a USD 97.670.000, representado por 9.767 acções ordinárias de USD 10.000 cada, das quais 9.766 são detidas pelo IBBAInt e 1 por entidades terceiras.

A actividade e os principais accionistas das subsidiárias do BIE Luxemburgo são como segue:

II.1. O Itaú Bank & Trust Bahamas Limited, com sede em Nassau, Bahamas, tem como principal actividade a realização de operações na área do *Private Banking*. Foi adquirido em 31 de Maio de 2007 através de um acordo com o Bank of America Corporation. O seu capital social de USD 1 milhão encontra-se representado por 1 milhão de acções de USD 1 cada, integralmente subscritas e realizadas pelo BIE Luxemburgo.

Em Maio de 2008, foi efectuado um aumento de capital nesta sociedade, no valor de USD 5 milhões, totalmente subscrito e realizado pelo BIE Luxemburgo. Não se verificou emissão de novas acções por via deste aumento de capital.

A actividade das subsidiárias desta entidade resumem-se como segue:

II.1.1. A Bay State Corporation Limited, com sede em Nassau, Bahamas, é uma sociedade financeira de serviços auxiliares que tem como principal actividade a prestação de serviços de accionista de sociedades por conta e em nome de terceiros. O seu capital social de USD 10 milhares encontra-se representado por 10.000 acções de USD 1 cada, detido na totalidade pelo BIE Bank & Trust Bahamas Limited.

A 31 de Dezembro de 2011, a **Cape Ann Corporation Limited** foi incorporada na **Bay State Corporation Limited**.

II.1.1.1. A Federal Director International Services, SA., com sede em Nassau, Bahamas, é uma sociedade financeira de serviços auxiliares que tem como principal actividade a prestação de serviços de accionista de sociedades por conta e em nome de terceiros. O seu capital social de USD 2 encontra-se representado por 2 acções de USD 1 cada, sendo detido em partes iguais pela Cape Ann Corporation Limited e pela Bay State Corporation Limited.

A 31 de Dezembro de 2011, a **Kennedy Director International Services, SA** foi incorporada na **Federal Director International Services, SA**.

II.2. O Banco Itaú Suisse S.A., com sede em Zurique, Suíça, tem como principal actividade a realização de operações na área do *Private Banking*. Foi criado em 15 de Setembro de 2010. O seu

capital social de CHF 100 milhões encontra-se representado por 10.000 acções de CHF 10.000 cada, integralmente subscritas e realizadas pelo BIE Luxemburgo.

III. O Banco Itaú Europa International, com sede em Miami, tem como principal actividade a realização de operações na área do *Private Banking*. Foi adquirido em 31 de Maio de 2007 através de um acordo com o Bank of America Corporation. O seu capital social de USD 7.000.000 encontra-se representado por 70.000 acções de USD 100 cada, integralmente subscritas e realizadas pelo IBBAInt.

IV. A Itaú Europa Securities, Inc., com sede em Miami, constituída em Setembro de 2008, tem como principal actividade a prestação de serviços de corretagem. O seu capital social de USD 1.620.000 encontra-se integralmente subscrito e realizado pelo IBBAInt.

V. A sociedade IPI - Itaúsa Portugal Investimentos – SGPS, Lda (IPI), sediada na Zona Franca da Madeira, foi constituída em 22 de Fevereiro de 2000 e tem por objecto a gestão de participações sociais, como forma indirecta de exercício de actividades económicas, em conformidade com os Decretos-Lei nº 495/88 e nº 318/94, de 30 de Dezembro e 24 de Dezembro, respectivamente. Na data da sua constituição, o seu capital social foi subscrito em 60% pela Itaúsa Portugal e em 40% pela Afincos Américas Madeira – SGPS, Lda (Afincos)(Grupo Itaúsa Brasil).

Em 31 de Dezembro de 2003, a sócia Itaúsa Portugal entregou a participação de 51% detida a essa data no capital da IPI ao IBBAInt para a realização do aumento de capital em espécie desta última entidade, tendo-lhe sido atribuído um valor de €137,9 milhões.

Em Fevereiro de 2006 a IPI aumentou o seu capital social em €60.000 milhares.

A 29 de Dezembro de 2010, o IBBAInt vendeu 2% da sua participação na IPI à Afincos, sendo que a 31 de Dezembro de 2011, o capital social realizado e subscrito pelos sócios ascendia a €229.844 milhares e era detido em 51% pela Afincos e em 49% pelo IBBAInt.

À data do presente balanço, a IPI detinha uma participação de 18,873% no Banco BPI, SA (Banco BPI), sendo a actividade e os principais accionistas desta entidade como segue:

V.1. O Banco BPI é a entidade principal de um Grupo Financeiro, centrado na actividade bancária, multi-especializado, que oferece um extenso conjunto de serviços e produtos financeiros para empresas, investidores institucionais e particulares. O Banco BPI está cotado na Euronext Lisboa desde 1986.

Em 31 de Dezembro de 2011, os principais accionistas do Banco BPI eram o Grupo catalão La Caixa com uma participação efectiva de 30,1% e o Grupo Itaú Unibanco com uma participação efectiva de 18,873%.

A Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada em 31 de Dezembro de 2011 foi emitida pelo Revisor Oficial de Contas do Banco BPI em 28 de Março de 2012, não contendo qualquer reserva. A referida Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria possui uma ênfase relativamente à alteração voluntária ocorrida em Dezembro de 2011, e consequente aplicação retrospectiva, da política contabilística utilizada para o reconhecimento das perdas e ganhos actuariais e financeiros relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido.

Conforme descrito na Nota 40 - Eventos Subsequentes, a 20 de Abril de 2012, a IPI e a CaixaBank S.A. assinaram contrato de compra e venda da totalidade de acções do Banco BPI detidas pela IPI pelo valor de €0,50 por cada acção, no total de €93.420.330.

NOTA 2 - BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas com base nos respectivos registos contabilísticos da Itaúsa Europa e das suas subsidiárias e associadas, processados em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), adoptadas pela União Europeia, conforme estabelecido pelo Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional através do Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela Gerência em 08 de Maio de 2012.

2.2. Principais Políticas Contabilísticas

As políticas contabilísticas que se seguem são aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

2.2.1. Bases de consolidação

a) Participações financeiras em subsidiárias

As participações financeiras em que o Grupo exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral desde o momento em que o Grupo assume controlo sobre as suas actividades até ao momento em que o controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Existe também controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Os proveitos e custos das filiais são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo desde a data da sua aquisição, conforme definido na IFRS 3.

As transacções e os saldos mais significativos entre as empresas cujas demonstrações financeiras são objecto de consolidação são eliminados neste processo. O valor do capital, das reservas e dos resultados correspondente à participação de terceiros nestas empresas é apresentado na rubrica Interesses Minoritários.

b) Participações financeiras em empresas associadas

As participações financeiras em empresas associadas são consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, desde o momento em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa mas não o controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, o Grupo pode exercer influência significativa através da participação na gestão ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

Pelo método da equivalência patrimonial, o valor do investimento inicialmente reconhecido como custo é ajustado pela alteração pós-aquisição do valor dos activos líquidos da empresa associada, na proporção detida pelo Grupo. Os resultados do Grupo incluem os resultados da associada, na proporção detida.

c) Diferenças de consolidação e de reavaliação - *Goodwill*

O Grupo regista as aquisições de empresas subsidiárias pelo método da compra. O custo de aquisição é dado pelo justo valor dos activos entregues, acções emitidas ou passivos incorridos ou assumidos até à data de aquisição, acrescido de custos directamente associados à aquisição. Os

activos e passivos identificáveis adquiridos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são inicialmente mensurados ao seu justo valor à data da aquisição, sem consideração pela extensão de quaisquer interesses minoritários. O excesso do custo de aquisição sobre a participação do Grupo no justo valor do património líquido das adquiridas é reconhecido como *goodwill*.

O reconhecimento inicial do método de compra de uma subsidiária pode ser determinado provisoriamente no final do exercício em que a aquisição ocorreu. O Grupo terá um período de até doze meses após a data de aquisição para reconhecer qualquer tratamento a esses valores provisórios, conforme previsto na IFRS 3.

Para as empresas associadas, o *goodwill* é incluído no valor de balanço da participação, determinado pelo método de equivalência patrimonial.

Conforme previsto na IFRS 1 e de acordo com as políticas contabilísticas em vigor no Grupo, até à data de transição para as IAS/IFRS o valor do *goodwill* gerado em investimentos efectuados até 1 de Janeiro de 2004 foi integralmente deduzido aos capitais próprios.

O *goodwill* registado no activo é revisto anualmente e sujeito a teste de imparidade nos termos das IAS 36, IAS 39 e IFRS 8. De acordo com a IFRS 3 o *goodwill* não é amortizado.

Para as empresas subsidiárias e para as associadas, as diferenças de consolidação positivas - *badwill*, são imediatamente reconhecidas em resultados.

d) Entidades de finalidade especial - SPE's

O Grupo consolida pelo método integral determinadas SPE's, quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios definidos pela SIC 12, analisados como segue:

- As actividades das SPE's estão a ser conduzidas a favor do Grupo, de acordo com as suas necessidades específicas de negócio, de forma a que o Grupo obtenha benefícios do seu funcionamento; ou
- O Grupo tem os poderes de tomada de decisão, para obter a maioria dos benefícios das actividades das SPE's; ou
- O Grupo tem direitos para obter a maioria dos benefícios das SPE's e consequentemente estar exposto a riscos inerentes às suas actividades; ou
- O Grupo retém a maioria dos riscos residuais ou de propriedade relativos às SPE's ou aos seus activos, com vista à obtenção de benefícios da sua actividade.

A actividade das SPE's controladas pelo Grupo consiste essencialmente no financiamento à exportação de diversas empresas brasileiras. As SPE's emitem papel comercial para financiar as operações e redistribuir o risco relacionado. O papel comercial é colocado em diversas contrapartes, sendo que o Grupo tem o compromisso de tomada firme. Uma vez que o Grupo está exposto à maioria dos benefícios e riscos do negócio destas SPE's, o que de acordo com a SIC 12 é um indicador de controlo, estas são consolidadas integralmente.

Em 31 de Dezembro de 2011, o Grupo não controla nenhuma SPE (31.12.2010: existia apenas uma SPE sob controlo do Grupo, sem activos nem passivos, e que foi dissolvida em Março de 2011).

e) Empresas subsidiárias e associadas em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira são convertidas para EUR, com base no câmbio de divisas divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal, sendo que:

- a conversão para euros dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira é efectuada com base no câmbio à data do balanço;
- os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para euros ao câmbio médio ponderado do exercício; e
- as diferenças cambiais associadas à conversão para euros são reconhecidas directamente nos capitais próprios.

2.2.2. Activos e Passivos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço do Grupo na data de negociação ou contratação, salvo se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável que os direitos e obrigações inerentes aos valores transaccionados se transferem em data diferente, caso em que será esta última a data relevante.

No momento inicial, os activos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para os activos e passivos ao justo valor através de resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

Entende-se por justo valor o montante pelo qual um determinado activo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e interessadas em efectuar essa transacção. Na data de contratação ou de início de uma operação, o justo valor é geralmente o valor da transacção.

O justo valor é determinado com base em:

- preços de um mercado activo; ou
- métodos e técnicas de avaliação (quando não há um mercado activo), que tenham subjacentes:
 - cálculos matemáticos baseados em teorias financeiras reconhecidas; ou,
 - preços calculados com base em activos ou passivos semelhantes transaccionados em mercados activos ou com base em estimativas estatísticas ou outros métodos quantitativos.

Um mercado é considerado activo, e portanto líquido, se transacciona de uma forma regular. Em geral, existem bons preços de mercado para títulos e derivados (futuros e opções) negociados em bolsa.

Em determinadas circunstâncias, o justo valor inicial de um instrumento financeiro, pode diferir do valor de transacção, nomeadamente pela existência de uma margem de intermediação, dando origem a um *day one profit*.

O Grupo reconhece em resultados os ganhos decorrentes da margem de intermediação (*day one profit*) gerados fundamentalmente na intermediação de produtos financeiros. O justo valor desses instrumentos e consequentemente a margem de intermediação é apurado na data do seu reconhecimento inicial e é determinado com base em técnicas de valorização cujas variáveis são baseadas apenas em observações de mercado.

a) Activos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados e Passivos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados

Os activos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados incluem essencialmente:

- títulos de rendimento fixo e títulos de rendimento variável classificados como detidos para negociação, ou seja, que foram adquiridos com objectivo de venda num futuro próximo;

- títulos de rendimento fixo e títulos de rendimento variável transaccionados em mercados activos e que o Grupo optou, no reconhecimento inicial, por registar e avaliar ao justo valor através de resultados (opção de justo valor);

- derivados de negociação; e

- derivados embutidos.

Os passivos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados incluem essencialmente:

- passivos financeiros suportados com o objectivo de venda ou de recompra num futuro próximo;

- passivos financeiros que o Grupo optou, no reconhecimento inicial, por registar e avaliar ao justo valor através de resultados;

- derivados de negociação; e

- derivados embutidos.

Apenas podem ser designados na opção de justo valor os activos ou passivos financeiros que cumpram um dos seguintes requisitos:

- eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento (por vezes denominada “uma falta de balanceamento contabilístico”);

- um grupo de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos é gerido e o seu desempenho avaliado numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia documentada de gestão do risco ou de investimento, e a informação sobre o grupo é fornecida internamente ao pessoal chave da gerência da entidade nessa base; ou

- se um contrato contiver um ou mais derivados embutidos, que segundo a IAS 39 têm de ser bifurcados.

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados e apresentados em derivados de negociação.

A avaliação destes activos e passivos é efectuada diariamente com base no justo valor. No caso das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, o valor de balanço inclui o montante dos juros corridos e não cobrados.

Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor são reconhecidos em resultados, tal como o rendimento de juros e dividendos.

b) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que:

- (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado;

- (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial; ou

- (iii) não se classificam como: empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou activos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os activos classificados como disponíveis para venda são avaliados ao justo valor. Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor são reconhecidos directamente nos capitais próprios na rubrica reservas de reavaliação de justo valor, excepto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de activos monetários, que são reconhecidos directamente em resultados. No momento em que os activos sejam vendidos, os ganhos ou perdas ainda reconhecidos no capital próprio são removidos e registados em resultados.

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados, de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

Em 31 de Dezembro de 2011, o Grupo não dispõe de activos financeiros disponíveis para venda designados como activos cobertos.

c) Créditos e outros valores a receber

Esta rubrica abrange os créditos concedidos pelo Grupo a Clientes e a Instituições de Crédito, participações em empréstimos sindicados e créditos titulados (papel comercial e obrigações emitidas por empresas) que não sejam transaccionados num mercado activo e para os quais não haja intenção de venda.

No momento inicial, os créditos e valores a receber são registados ao justo valor. Em geral, o justo valor no momento inicial corresponde ao valor de transacção e inclui comissões, taxas ou outros custos e proveitos associados às operações de crédito. Posteriormente, são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva e sujeitos a testes de imparidade.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

O Grupo classifica como crédito vencido as prestações vencidas de capital decorridos que sejam 30 dias após o seu vencimento, e de juros imediatamente após o seu vencimento.

Em 31 de Dezembro de 2011, o Grupo não dispõe de créditos designados como activos cobertos.

d) Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros incluem Recursos de outras Instituições de Crédito, Recursos de Clientes, Responsabilidades representadas por títulos e Passivos Subordinados. Estes passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor, incluindo despesas e comissões de transacção, sendo posteriormente valorizados ao custo amortizado.

Qualquer diferença entre o montante recebido líquido de custos de transacção e o montante a pagar na maturidade é reconhecido na demonstração de resultados durante a vida do passivo através do método da taxa de juro efectiva.

Se o Grupo recomprar dívida emitida, esta é desreconhecida do balanço e a diferença entre a quantia escriturada do passivo e o seu custo de aquisição é reconhecida em resultados.

e) Activos cedidos com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificado o valor de juros.

Os títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) não são registados na carteira de títulos. Os fundos entregues são registados, na data de liquidação, como um crédito, sendo periodificado o valor de juros.

2.2.3. Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em contas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo da vida das operações.

2.2.4. Imparidade

Um activo financeiro (ou grupo de activos financeiros) encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de que não serão recuperados os fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro (ou grupo de activos financeiros), em resultado de eventos passados ocorridos após a data de reconhecimento inicial do activo financeiro (ou grupo de activos financeiros), desde que os mesmos possam ser estimados com fiabilidade.

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro (ou grupo de activos financeiros) se encontra em situação de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade (diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do activo financeiro) registadas por contrapartida de resultados.

Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, como por exemplo:

- (i) análise de incumprimento;
- (ii) descida de *rating*;
- (iii) dificuldades financeiras do emitente/devedor;
- (iv) probabilidade de falência do emitente/devedor;
- (v) para um investimento num instrumento de capital próprio: (i) a existência de informação acerca de alterações significativas com um efeito adverso que tenham tido lugar num ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal no qual o emissor opere; e (ii) um declínio significativo ou prolongado no justo valor abaixo do seu custo de aquisição que indique que o custo do investimento no instrumento de capital próprio possa não ser recuperado.

Na análise da existência de imparidade num grupo de activos financeiros, o Grupo estima a probabilidade de uma operação ou cliente em situação irregular entrar em incumprimento durante o período emergente (período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação). Em geral, o período emergente utilizado pelo Grupo é de cerca de 12 meses.

a) Carteira de crédito

Metodologia de cálculo

No que se refere à carteira de crédito do Grupo, esta é observada periodicamente, sendo cada operação analisada individualmente para identificar a existência de imparidade.

Como o Grupo possui um *Low Default Portfolio*, constituída essencialmente por operações com risco de crédito reduzido, o Grupo não apresentou até ao momento um adequado nível de experiência de perdas incorridas, o qual é comprovado pelo insignificante nível histórico de crédito vencido e incumprimentos verificados. Consequentemente, torna-se necessário recorrer a informações externas (fornecidas pelo grupo Itaú Unibanco) para obter dados históricos comparáveis.

Nos casos em que se verifica a existência objectiva de imparidade, esta é calculada através da análise objectiva do valor de perda efectiva.

Nos casos em que não existe evidência objectiva de imparidade, é efectuada uma análise com base no *portfolio*, de forma a reconhecer perdas ainda não identificadas ao nível de operações individuais, como se descreve de seguida.

Para proceder à análise colectiva, o Grupo constituiu segmentos homogéneos (operações com características de risco de crédito similares), que assentam no *rating* interno, para obter o EL (Expected Loss). O EL é calculado usando a PD (Probability of Default), Loss Given Default (LGD) relacionado com o rating e Exposure at Default (EAD), aplicando a fórmula: $EL = PD \times LGD \times EAD$.

A *Recovery Rate* (RR) corresponde à percentagem do capital em risco que ainda é possível recuperar sempre que se verifique incumprimento por parte da empresa. Esta estimativa é calculada tendo como base o valor dos activos e passivos da empresa associados ao tipo de crédito e senioridade da dívida e o colateral recebido.

Para operações garantidas, usa-se a probabilidade de default (PD) do garantidor.

Registo contabilístico

O montante de perda por imparidade é medido pela diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros recuperáveis, descontado à taxa de juro efectiva original. A quantia escriturada do activo é reduzida através de uma conta de provisão e o montante da perda é reconhecido em resultados do exercício.

Quando um crédito não é recuperável, é abatido através da utilização da provisão por imparidade de crédito. Este abate só ocorre após terem sido tomadas todas as medidas consideradas necessárias para assegurar a recuperabilidade do crédito e o montante da perda ter sido adequadamente determinado.

Se, num período posterior, o montante da perda por imparidade diminuir e essa diminuição estiver objectivamente relacionada com um evento ocorrido posteriormente ao reconhecimento da imparidade, o montante da perda por imparidade anteriormente registado é revertido através de ajustamento na conta de provisão. O montante da reversão é reconhecido em resultados.

b) Activos financeiros disponíveis para venda

No que se refere a activos financeiros disponíveis para venda, é efectuada uma análise periódica no sentido da identificação de potenciais situações de imparidade, utilizando como indicadores (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, a existência de um evento que tenha impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa e prolongada do justo valor do título ou de dificuldade financeira do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida em resultados.

Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminuir, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a recuperação de valor é reconhecida na rubrica de reservas de reavaliação de justo valor.

c) Créditos renegociados

Os créditos a clientes que estejam sujeitos a uma análise colectiva de imparidade ou que sejam individualmente significativos, cujos termos tenham sido renegociados, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

d) Investimentos em associadas

O declínio no valor dos investimentos em associadas (consolidadas pelo método de equivalência patrimonial) é analisado por via da comparação entre o seu valor recuperável e o seu valor

contabilístico, considerando que existe evidência de que o investimento possa estar em imparidade. O *goodwill* incluído nestes investimentos é analisado conjuntamente com o item a que está alocado.

De acordo com a metodologia estabelecida pelo Grupo, os indicadores utilizados para avaliar a imparidade de associadas cotadas em mercados secundários são, entre outros, a cotação de mercado no final do exercício, uma redução significativa ou prolongada no valor de mercado para valores abaixo do custo, os dividendos pagos em anos recentes, os dividendos esperados e as expectativas do mercado onde opera.

No sentido de determinar a evidência de imparidade, é desenvolvido um teste que inclui avaliações de mercado e outras conduzidas internamente ou por avaliadores independentes, baseadas:

a) na porção correspondente do valor actual dos *cash flows* futuros que se esperam ser gerados pela associada, o que inclui os *cash flows* futuros estimados de actividades operacionais e os montantes resultantes da venda final ou alienação do investimento por outros meios e

b) no valor actual dos *cash flows* futuros estimados que se esperam ser recebidos a título de dividendos da associada e como receita da venda final ou alienação do investimento por outros meios.

As perdas por imparidade neste tipo de activos são revertidas se se verificarem alterações nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável. Tanto a perda por imparidade como a reversão da perda por imparidade são reconhecidas em resultados. Concretamente, uma perda por imparidade pode apenas ser revertida até à concorrência daquele que seria o valor contabilístico do activo se essa perda por imparidade não tivesse sido previamente reconhecida.

2.2.5. Dívida titulada emitida pelo Grupo

As emissões de obrigações pelo Grupo estão registadas nas rubricas passivos subordinados, responsabilidades representadas por títulos e passivos financeiros detidos para negociação (no caso de algumas *Structured Linked Notes*).

Exceptuando os passivos financeiros classificados como detidos para negociação, as obrigações emitidas são relevadas, na data de emissão, pelo justo valor (valor de emissão), incluindo despesas e comissões de transacção, sendo posteriormente valorizadas ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Em 31 de Dezembro de 2011, o Grupo não dispõe de obrigações designadas como passivos cobertos.

2.2.6. Contabilidade de cobertura

Pela IAS 39 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração, uma relação de cobertura existe quando:

- à data de início da relação existe documentação formal da cobertura;
- se espera uma cobertura altamente eficaz;
- a eficácia da cobertura pode ser fielmente mensurada; e
- a cobertura é altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro.

Os relacionamentos de cobertura são de 3 tipos:

- *cobertura de justo valor* – numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado por forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto. Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto

corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

- *cobertura de fluxos de caixa* – numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura é reconhecida em reservas, sendo transferidas para resultados nos períodos em que o respectivo item coberto afectar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

- *cobertura de investimento líquido em unidade operacional estrangeira* – as coberturas de investimento líquido em operações estrangeiras são registadas da mesma forma que as coberturas de fluxos de caixa. Ganhos ou perdas no instrumento de cobertura relacionados com a parte eficaz da cobertura são reconhecidos em reservas; a ineficácia da cobertura é reconhecida imediatamente em resultados. Os ganhos ou perdas acumuladas em reservas são incluídos em resultados quando a unidade operacional estrangeira é vendida.

Em 31 de Dezembro de 2011, o Grupo efectua nas suas contas consolidadas uma cobertura do risco cambial do investimento líquido em três das suas filiais em moeda estrangeira, passando as variações cambiais (na parte considerada eficaz) originadas pelo(s) passivo(s) em moeda estrangeira designado(s) na cobertura a serem registadas numa rubrica de reservas associadas a diferenças cambiais, até à alienação do investimento. A parte ineficaz da cobertura é registada por contrapartida de resultados. Em 31 de Dezembro de 2011, não se encontra registado em resultados qualquer montante relacionado com a ineficácia da cobertura.

Os testes de eficácia de cobertura são devidamente documentados numa base regular, assegurando-se a existência de comprovativos durante a vida das operações cobertas. Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos pela contabilidade de cobertura, esta deverá ser descontinuada prospectivamente.

2.2.7. Activos e Passivos financeiros em moeda estrangeira

Os activos e passivos financeiros em moeda estrangeira são registados de acordo com os princípios do sistema *multi-currency*, isto é, nas respectivas moedas de denominação.

Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para euros ao câmbio do dia em que são reconhecidos.

Os procedimentos contabilísticos diferem em função do efeito que as operações têm sobre a posição cambial:

- Posição à vista

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transacções. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação de tais transacções e de conversão no final do ano de activos monetários e passivos denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados, excepto quando diferido nos capitais próprios quando classificado como cobertura de cash-flows ou cobertura de investimento líquido em moeda estrangeira. As diferenças de conversão de itens não-monetários, tais como acções detidas pelo justo valor por via dos resultados, são registadas como ganho ou perda de justo valor. As diferenças de conversão de itens não-monetários, tais como acções classificados como activos financeiros disponíveis para venda, são incluídas na reserva de justo valor no capital próprio.

- Posição a prazo (*Forward*)

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nos diferenciais de taxas de juro

aplicáveis ao prazo residual de cada operação. As diferenças entre os respectivos contravalores em euros às taxas contratadas e às taxas de reavaliação a prazo, que representam o proveito ou o custo de reavaliação da posição a prazo, são registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de resultados.

2.2.8. Activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelo Grupo para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidades.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondente ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Mobiliário e material	8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	5 - 10
Material de transporte	4
Outro equipamento	3 - 12

2.2.9. Activos intangíveis

O Grupo regista nesta rubrica essencialmente as despesas da fase de desenvolvimento de projectos implementados e a implementar, o custo de aquisição de carteiras de clientes e software, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que são realizados.

Os activos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem o qual, em geral, corresponde a um período de três a doze anos.

2.2.10. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras Instituições de Crédito.

2.2.11. Impostos sobre os lucros

A Itaúsa Europa e as suas subsidiárias e associadas cuja sede se encontra localizada em Portugal estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas e no Estatuto dos Benefícios Fiscais. A Sucursal Financeira Exterior do Banco e as subsidiárias sedeadas na Zona Franca da Madeira beneficiam, nos termos dos artigos 33º e 33º-A do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011.

Para efeitos da aplicação desta isenção considera-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global do Banco é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da Zona Franca da Madeira e, para as entidades que exercem predominantemente a sua actividade na Zona Franca da Madeira (o que se verifica quando a proporção entre o valor dos activos líquidos afectos à Sucursal Financeira Exterior e o valor total dos activos líquidos do Banco seja superior a 50%), considera-se que 40% do lucro tributável resultante da sua actividade global corresponde às actividades exercidas fora do âmbito institucional da Zona Franca da Madeira. Este regime é aplicável desde 1 de Janeiro de 2006.

Os impostos correntes são calculados com base nas taxas de imposto legalmente em vigor, nos países onde o Grupo tem presença, para o período a que reportam os resultados.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis e os créditos fiscais são também registados como impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos activos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são relevados em resultados excepto os que se relacionam com valores registados directamente em capitais próprios (nomeadamente activos financeiros disponíveis para venda).

2.2.12. Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

Na elaboração das demonstrações financeiras do Grupo são utilizadas estimativas e valores futuros esperados, nomeadamente nas seguintes áreas:

a) Imparidade do crédito

O valor da imparidade do crédito é determinado com base em estimativas do valor a recuperar. Estas estimativas são efectuadas com base na utilização de determinados pressupostos. Eventuais diferenças entre esses pressupostos e o comportamento futuro dos créditos têm impacto nas estimativas efectuadas.

b) Imparidade do Goodwill e dos activos intangíveis

O valor recuperável e o justo valor dos activos intangíveis é normalmente determinado com recurso à utilização de modelos de fluxos de caixa descontados, que incorporam pressupostos de mercado. A identificação de indicadores de imparidade, bem como a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de activos requerem julgamento significativo por parte da Gestão no que diz respeito à validação de indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis esperadas e valores residuais.

c) Justo valor de activos e passivos financeiros não cotados

O justo valor de activos e passivos financeiros não cotados num mercado activo é determinado com base em métodos de avaliação e teorias financeiras, cujos resultados dependem dos pressupostos utilizados.

d) Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e matéria colectável futura. Os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal actualmente em vigor para as empresas do Grupo, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

2.2.13. Provisões para outros riscos e encargos

Esta rubrica inclui as provisões constituídas para fazer face a outros riscos específicos, nomeadamente contingências fiscais, processos judiciais e outras perdas decorrentes da actividade do Grupo.

2.2.14. Responsabilidades com pensões de reforma

Em virtude de não ter aderido ao Acordo Colectivo de Trabalho do sector bancário, o Grupo em Portugal não tem responsabilidades relativas a pensões de reforma dos seus empregados e administradores, os quais estão abrangidos pelo regime de segurança social.

O Grupo possui apenas duas entidades com planos de pensões - o Banco Itaú Europa International e o Itaú Bank & Trust Bahamas Limited, sendo ambos de contribuição definida.

Um plano de contribuição definida é um plano através do qual o Grupo paga contribuições fixas a uma terceira entidade (o Fundo) e não tem, nem obrigação legal, nem construtiva, de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir activos suficientes para pagar todos os benefícios do empregado relativos ao serviço deste no período corrente e em anteriores.

O Grupo reconhece as contribuições para um plano de contribuição definida quando o empregado tiver prestado serviço em troca dessas contribuições.

NOTA 2.3 – Normas e interpretações recentemente emitidas

Normas, alterações a normas existentes e interpretações com aplicação obrigatória em 2011 mas não relevantes para o Grupo:

As seguintes normas e interpretações são obrigatórias para períodos contabilísticos com início a partir de 1 de Janeiro de 2012 mas que não são relevantes para a actividade do Grupo:

- **IFRS 1** (alteração), 'Adopção pela primeira vez das IFRS'
- **IAS 24** (alteração) 'Partes relacionadas'
- **IAS 32** (alteração), 'Instrumentos financeiros: Apresentação – classificação de direitos emitidos'
- **Melhoria anual das normas em 2010**, a aplicar maioritariamente para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2011. O processo de melhoria anual de 2010 afecta as normas: IFRS 1, IFRS 3, IFRS 7, IAS 1, IAS 27, IAS 34 e IFRIC 13.
- **IFRIC 14** (Alteração) 'IAS 19 - Limitação aos activos decorrentes de planos de benefícios definidos e a sua interacção com requisitos de contribuições mínimas'
- **IFRIC 19**, 'Regularização de passivos financeiros com instrumentos de capital'

A aplicação destas novas normas e interpretações não terão um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo.

(a) Normas, alterações a normas existentes e interpretações, que apesar de já estarem publicadas, a sua aplicação apenas é obrigatória para períodos anuais que se iniciem a partir de 1 de Julho de 2011 ou em data posterior

O Grupo optou por não aplicar antecipadamente as normas contabilísticas, alterações a normas existentes e interpretações recentemente emitidas, mas sem aplicação obrigatória no exercício de 2011:

- **IFRS 1** (alteração), 'Adopção pela primeira vez das IFRS'
- **IFRS 7** (alteração), 'Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferência de activos financeiros'
- **IFRS 7** (alteração), 'Instrumentos financeiros: Divulgações – compensação de activos e passivos financeiros'
- **IFRS 9** (novo), 'Instrumentos financeiros – classificação e mensuração'
- **IFRS 10** (novo), 'Demonstrações financeiras consolidadas'
- **IFRS 11** (novo), 'Acordos conjuntos'
- **IFRS 12** (novo) – 'Divulgação de interesses em outras entidades'
- **IFRS 13** (novo) – 'Justo valor: mensuração e divulgação'
- **IAS 1** (alteração), 'Apresentação de demonstrações financeiras'

- **IAS 12** (alteração), 'Impostos sobre o rendimento'
- **IAS 19** (revisão 2011), 'Benefícios aos empregados'
- **IAS 27** (revisão 2011) 'Demonstrações financeiras separadas'
- **IAS 28** (revisão 2011) 'Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos'
- **IAS 32** (alteração) 'Compensação de activos e passivos financeiros'

A aplicação destas novas normas e interpretações não terá um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo.

NOTA 3 - GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

3.1. Estratégia na utilização de instrumentos financeiros

Pela sua natureza, as actividades do Grupo estão principalmente relacionadas com o uso de instrumentos financeiros, incluindo derivados.

O Grupo aceita depósitos de instituições financeiras e de clientes, a taxas fixas e variáveis e por períodos diversos, e procura obter margens acima da média investindo estes fundos em activos de elevada qualidade. O Grupo procura aumentar estas margens consolidando fundos de curto prazo e emprestando por períodos mais longos a taxas de juro mais elevadas, enquanto assegura liquidez suficiente para fazer face às responsabilidades.

O Grupo também procura aumentar as suas margens através da concessão de crédito a clientes. Estas exposições envolvem também garantias e outros compromissos.

O Grupo transacciona instrumentos financeiros, incluindo derivados, para beneficiar de movimentos cambiais de curto prazo, variações de taxas de juro e de preços. A Comissão Executiva impõe limites ao nível de exposição ao mercado que pode ser assumido *overnight* e *intraday*.

No contexto da estratégia do Grupo na utilização de instrumentos financeiros, o quadro seguinte evidencia os vários activos e passivos do Grupo em 31 de Dezembro de 2011, repartidos pelas diferentes categorias da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

31 de Dezembro de 2011	Registados ao justo valor			Créditos e valores a receber	Activos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos financeiros	Activos/Passivos Não Financeiros	Total
	Negociação	Opção Justo Valor	Cobertura					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	-	-	545.295	-	-	-	545.295
Disponibilidades em outras Instituições de Crédito	-	-	-	163.550	-	-	-	163.550
Activos financeiros detidos para negociação	573.619	-	-	-	-	-	-	573.619
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	76.535	-	-	-	-	-	76.535
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	41.130	-	-	41.130
Aplicações em Instituições de Crédito	-	-	-	565.392	-	-	-	565.392
Crédito a Clientes	-	-	-	3.050.393	-	-	-	3.050.393
Outros activos	-	-	-	-	-	-	195.718	195.718
Total de Activos	573.619	76.535	-	4.324.630	41.130	-	195.718	5.211.632
Passivos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	555.555	-	-	-	-	-	-	555.555
Recursos de outras Instituições de Crédito	-	-	-	-	-	803.264	-	803.264
Recursos de Clientes e outros empréstimos	-	-	-	-	-	1.459.161	-	1.459.161
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	1.618.289	-	1.618.289
Derivados de cobertura	-	-	3.197	-	-	-	-	3.197
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	83.116	-	83.116
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	112.720	112.720
Total de Passivos	555.555	-	3.197	-	-	3.963.830	112.720	4.635.302
31 de Dezembro de 2010								
Total Assets	437.316	137.315	-	4.295.793	21.843	-	344.636	5.236.903
Total Liabilities	420.481	-	1.633	-	-	4.053.148	73.789	4.549.051

3.2. Risco de Crédito

O Grupo assume exposição ao risco de crédito, ou seja, ao risco de incumprimento efectivo por parte da contraparte. Mudanças significativas na economia ou num determinado segmento em que esteja concentrado crédito concedido pelo Grupo poderão resultar em perdas distintas das evidenciadas à data de balanço. Assim sendo, a Administração regula criteriosamente a exposição do Grupo ao risco de crédito e risco-país.

3.2.1. Controlo de risco e políticas de mitigação

O Grupo estrutura os níveis de risco de crédito que assume através do estabelecimento de limites ao risco aceite em relação a um cliente ou grupo de clientes, a um segmento de negócio e a instituições financeiras e clientes brasileiros. Estes riscos são acompanhados numa base regular e sujeitos a revisão periódica. A Administração aprova limites ao nível de risco de crédito, risco sectorial e risco-país.

A exposição ao risco de crédito é gerida através de uma análise regular da capacidade dos clientes para cumprir com as suas responsabilidades de pagamento de capital e juros, por meio da alteração dos limites de financiamento sempre que necessário e pela obtenção de colaterais e garantias.

a) Garantias

Entende-se por “Operação de empréstimo garantida” qualquer operação geradora de uma posição em risco garantida, isto é, cuja garantia obedece aos requisitos mínimos exigidos pela regulamentação aplicável como condição para ser elegível como técnica de cobertura e mitigação de risco de crédito.

A definição das garantias exigíveis nas operações de concessão de crédito é da responsabilidade das Comissões de Crédito, consoante as respectivas alçadas. Os requisitos adequados no que respeita, v.g., ao montante da posição em risco, à possibilidade de executar tempestivamente as cauções, à possibilidade de estabelecer de forma objectiva um preço ou um valor de mercado, à periodicidade com que a caução deve ser reavaliada, entre outros, devem ser especificados, conforme o caso, pelo órgão de decisão competente, fazendo parte integrante do despacho de crédito. Na definição da garantia exigida, o órgão de decisão competente levará em consideração o risco / histórico do cliente, bem como outros factores qualificadores do risco de crédito tendo em conta circunstâncias relativas ao devedor e à própria estrutura e tipo da operação em causa.

De entre os vários instrumentos utilizados como garantias, destacam-se, na prática do Grupo:

- a) Aval;
- b) Fiança;
- c) Garantia Bancária;
- d) *Stand-By Letter of Credit*;
- e) Penhor;
- f) Hipoteca;
- g) Depósitos Vinculados.

b) Derivados

O Grupo mantém limites de controlo rígidos nas posições líquidas abertas de derivados (a diferença entre a compra e venda de contratos), pelo montante e pela maturidade. A qualquer momento, o montante sujeito a risco de crédito é limitado ao justo valor corrente dos instrumentos favoráveis ao Grupo (activos cujo justo valor é positivo), que no caso dos derivados é uma pequena parte do contrato, ou valores nominais usados para expressar o volume dos instrumentos em aberto.

A exposição ao risco de crédito é gerida como parte dos limites de crédito globais com os clientes, juntamente com potenciais exposições a movimentos de mercado.

3.2.2. Exposição máxima ao risco de crédito

	31.12.2011	%	31.12.2010	%
Disponibilidades em outras Instituições de Crédito	163.550	3,2%	115.744	2,3%
Activos financeiros detidos para negociação	573.619	11,3%	437.316	8,8%
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	76.535	1,5%	137.315	2,8%
Activos financeiros disponíveis para venda	41.130	0,8%	21.843	0,4%
Aplicações em Instituições de Crédito	565.392	11,2%	1.407.354	28,4%
Crédito a Clientes	3.050.393	60,3%	2.423.341	49,0%
Outros activos	593.784	11,7%	410.780	8,3%
	5.064.403	100,0%	4.953.693	100,0%
Exposições fora de balanço:				
Garantias financeiras	263.780		179.365	
Compromissos	1.049.122		906.169	

O quadro acima representa o pior cenário ao nível de exposição do Grupo a risco de crédito em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para activos no balanço, a exposição é baseada na sua quantia escriturada tal como reportada na face do Balanço. Os investimentos em associadas, o *goodwill*, os activos tangíveis e intangíveis bem como os activos por impostos estão excluídos do quadro acima, sendo considerados activos sem risco de crédito.

O conteúdo da rubrica de Outros activos refere-se na sua maioria a disponibilidades aplicadas em Bancos Centrais que, face à recente crise no sector financeiro, se apresenta como a melhor alternativa de gestão de caixa e reflecte os elevados padrões de prudência do Grupo.

Tal como se pode ver na tabela, 71,5% do total da exposição máxima resulta de crédito concedido a clientes e aplicações em instituições de crédito (31.12.2010: 77,4%).

A Administração está confiante na sua capacidade de continuar a controlar e manter uma exposição mínima ao risco de crédito do Grupo baseando-se no seguinte:

- No sentido de ajustar as suas práticas em matéria de gestão de risco de crédito aos padrões de Basileia II, o Grupo implementou uma escala de *rating* interno, com maior granularidade, que permite estabelecer equivalências entre os *ratings* internos e os *ratings* externos. A mencionada equivalência estabelece-se através de probabilidades de *default*, estando o modelo de *rating* interno calibrado para ser equivalente ao *rating* externo.

- Em 31 de Dezembro de 2011, a repartição da carteira de Crédito a Clientes e Aplicações em Instituições de Crédito por notação de *rating* interno apresenta-se como segue. Note-se que o negócio de *Private Banking* representa cerca de 25,7% desta carteira (31.12.2010: 23%) e não dispõe de notação de *rating* interno, dado que os seus activos se encontram maioritariamente colateralizados por depósitos ou títulos valorizados ao justo valor.

	31.12.2011	%	31.12.2010	%
Rating interno				
Rating Aaa a Aa4	123.966	3,4%	122.445	3,2%
Rating A1 a A4	229.262	6,3%	710.027	18,5%
Rating Baa1 a Baa4	1.674.250	46,3%	1.545.118	40,3%
Rating Ba1 a Ba6	498.697	13,8%	425.265	11,1%
Rating B1 a B4	99.661	2,8%	79.402	2,1%
Rating inferior a B4	50.129	1,4%	66.865	1,7%
Sem rating	11.718	0,3%	12.047	0,3%
Private Banking	928.102	25,7%	869.526	22,8%
	3.615.785	100,0%	3.830.695	100,0%

- A carteira de crédito a clientes tem mantido uma performance elevada, não existindo valores relevantes de crédito vencido;

- Apenas 0,30% da carteira de crédito a clientes se encontra vencido ou em imparidade (31.12.2010: 0,37%);

3.2.3. Concentração geográfica de activos financeiros com risco de crédito

Os activos financeiros que potencialmente expõem o Grupo a concentrações de risco de crédito consistem essencialmente no crédito a clientes, nas aplicações em outras instituições financeiras, nas obrigações e outros títulos de rendimento fixo e nos derivados.

Para além desta exposição de risco de crédito em balanço, o Grupo assume exposição a risco de crédito em elementos classificados em rubricas extrapatrimoniais, garantias e compromissos irrevogáveis de concessão de crédito.

O quadro seguinte apresenta a exposição do Grupo de acordo com os valores de balanço dos activos, categorizados por região geográfica, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010. Na construção deste quadro, o Grupo considerou, para efeitos de categorização geográfica, o país de domicílio da contraparte final do risco de crédito.

	Portugal	Resto da UE	Resto da Europa	América do Norte	América Central e Caraíbas	América do Sul	Resto do Mundo	Private Banking (*)	Não alocado	Total
Disponibilidades em outras Instituições de Crédito	515	67.599	1.996	82.740	4.962	5.349	389	-	-	163.550
Activos financeiros detidos para negociação	257	34.030	23.327	21.614	544	310.208	-	183.639	-	573.619
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	76.535	-	-	-	76.535
Activos financeiros disponíveis para venda	3.753	36.519	858	-	-	-	-	-	-	41.130
Aplicações em Instituições de Crédito	-	322.154	41.116	122.988	12.509	66.625	-	-	-	565.392
Crédito a Clientes	384.138	886.386	110.816	110.514	30.178	654.529	-	873.832	-	3.050.393
Outros activos	5.233	17.756	6.334	515.972	-	-	-	-	48.489	593.784
31 de Dezembro de 2011	393.896	1.364.444	184.447	853.828	48.193	1.113.246	389	1.057.471	48.489	5.064.403
31 de Dezembro de 2010	258.602	1.538.124	154.786	782.846	115.368	1.320.223	55.756	636.060	91.928	4.953.693

(*) Corresponde ao negócio de *Private Banking*, cujos activos se encontram maioritariamente colateralizados por depósitos ou títulos valorizados ao justo valor.

3.2.4. Concentração sectorial de activos financeiros com risco de crédito

Os quadros seguintes apresentam a exposição do Grupo, em termos de risco do devedor imediato, de acordo com os valores de balanço dos activos, categorizados por sector de actividade, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010.

Sector	Disponibilidades em outras Instituições de Crédito	Activos financeiros detidos para negociação	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	Activos financeiros disponíveis para venda	Aplicações em Instituições de Crédito	Crédito a Clientes	Outros activos	Dez-2011 Total	Dez-2011 %	Dez-2010 Total	Dez-2010 %
ADM. PÚBLICA	-	126.185	76.535	30.199	-	-	-	232.919	4,6%	199.098	4,0%
ADUBOS FERTILIZANTES E QUÍMICOS DO SOLO	-	-	-	-	-	80.550	-	80.550	1,6%	80.911	1,6%
ALIMENTOS	-	-	-	-	-	6.252	-	6.252	0,1%	86.898	1,8%
AUTOPEÇAS E ACESSÓRIOS	-	6.378	-	-	-	125.275	-	131.653	2,6%	63.937	1,3%
BANCOS	163.550	34.003	-	10.074	565.392	104.800	545.295	1.423.114	28,1%	2.094.495	42,3%
BEBIDAS	-	-	-	-	-	59.547	-	59.547	1,2%	49.709	1,0%
CARNES	-	1.014	-	-	-	47.735	-	48.749	1,0%	88.232	1,8%
CONSTRUÇÃO PESADA	-	3.867	-	-	-	154.043	-	157.910	3,1%	101.957	2,1%
CELULOSE E PAPEL	-	258	-	-	-	88.194	-	88.452	1,7%	150.518	3,0%
ENERGIA	-	15.207	-	-	-	91.915	-	107.122	2,1%	136.478	2,8%
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	-	-	-	-	-	138.969	-	138.969	2,7%	135.292	2,7%
METALURGIA E SIDERURGIA	-	1.970	-	-	-	264.562	-	266.532	5,3%	130.224	2,6%
MINERAÇÃO	-	7.754	-	-	-	11.738	-	19.492	0,4%	37.964	0,8%
PETRÓLEO & GÁS	-	28.601	-	-	-	236.655	-	265.256	5,2%	258.596	5,2%
PETROQUÍMICA	-	-	-	-	-	37.604	-	37.604	0,7%	9.705	0,2%
TELECOMUNICAÇÕES	-	218	-	-	-	262.937	-	262.937	5,2%	104.556	2,1%
TEXTIL	-	1.238	-	-	-	5.633	-	6.871	0,1%	16.887	0,3%
AÇÚCAR E ALCÓOL	-	157	-	-	-	118.362	-	118.519	2,3%	39.253	0,8%
UTILIDADES DOMÉSTICAS	-	14.200	-	-	-	-	-	14.200	0,3%	19.596	0,4%
PRIVATE BANKING	-	-	-	-	-	873.832	-	873.832	17,3%	636.060	12,8%
OUTROS	-	332.569	-	857	-	342.008	48.489	723.923	14,4%	513.327	10,4%
	163.550	573.619	76.535	41.130	565.392	3.050.393	593.784	5.064.403	100,0%	4.953.693	100%

3.2.5. Qualidade da carteira de crédito a clientes

A carteira de crédito a clientes do Grupo é analisada como segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Crédito a clientes:		
- Não vencidos e não em imparidade	3.059.414	2.429.894
- Vencidos mas não em imparidade	1	-
- Em imparidade	9.017	9.017
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(5.789)	(3.806)
Valor bruto do crédito a clientes	3.062.643	2.435.105
Imparidade do crédito	(12.250)	(11.764)
Valor líquido do crédito a clientes	3.050.393	2.423.341

a) Créditos a clientes não vencidos e não em imparidade

A qualidade de crédito da carteira de créditos a clientes que não estão vencidos nem em imparidade pode ser avaliada tendo como referência o sistema de *rating* interno do Grupo.

	31.12.2011				31.12.2010			
	Exposição		Provisão para Imparidade		Exposição		Provisão para Imparidade	
		%		%		%		%
<i>Rating</i> Aaa a Aa4	28.965	0,9%	1	-	92.453	3,8%	-	-
<i>Rating</i> A1 a A4	144.557	4,7%	86	2,7%	179.654	7,4%	97	3,5%
<i>Rating</i> Baa1 a Baa4	1.365.717	44,6%	1.347	41,7%	988.139	40,7%	638	23,2%
<i>Rating</i> Ba1 a Ba6	483.866	15,8%	998	30,9%	373.849	15,4%	651	23,7%
<i>Rating</i> B1 a B4	100.096	3,3%	309	9,6%	79.942	3,3%	428	15,6%
<i>Rating</i> inferior a B4	50.624	1,7%	452	14,0%	67.797	2,8%	933	34,0%
Sem <i>rating</i>	11.718	0,4%	-	-	12.000	0,4%	-	-
<i>Private Banking</i>	873.871	28,6%	39	1,1%	636.060	26,2%	-	-
	3.059.414	100,0%	3.232	100,0%	2.429.894	100,0%	2.747	100,0%

De notar que o negócio *Private Banking* não dispõe de notação de *rating* interno, dado que os seus activos se encontram maioritariamente colateralizados por depósitos ou títulos valorizados ao justo valor. A exposição classificada como “sem *rating*” corresponde ao crédito concedido a empregados.

b) Créditos a clientes vencidos mas não em imparidade

Créditos vencidos a menos de 90 dias não são considerados como estando em imparidade, a não ser que exista informação disponível em contrário. Os créditos a clientes vencidos mas não em imparidade analisam-se como segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Crédito e juros vencidos		
Classe I - até 3 meses	1	-
Classe II - de 3 até 6 meses	-	-
Classe III e IV - de 6 até 12 meses	-	-
Juros vencidos a regularizar	-	-
	<u>1</u>	<u>-</u>

c) Créditos a clientes considerados individualmente em imparidade

O montante de créditos a clientes individualmente considerados em imparidade é de €9.017 milhares (31.12.2010: €9.017 milhares). Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, este valor corresponde a uma operação de crédito em favor de uma sociedade espanhola que se declarou em estado de insolvência (*concurso de acredores*), situação que foi homologada pelo Tribunal competente em Espanha e que se estende a certas entidades afiliadas da devedora e seus respectivos activos (localizados dentro e fora da Espanha). Actualmente, o projecto de reestruturação da dívida está em negociação com o sindicato bancário. Embora o contrato preveja a constituição de garantias reais associadas, o Grupo optou por não as considerar devido à dificuldade na sua valorização e à incerteza jurídica quanto à sua válida e tempestiva constituição, tendo ainda decidido constituir a cobertura de 100% do risco total incorrido nesta transacção.

d) Créditos renegociados

Os créditos concedidos a clientes cujos termos tenham sido renegociados, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos. Os procedimentos de reestruturação incluem: alargamento das condições de pagamento, planos de gestão aprovados, alteração e diferimento dos pagamentos. As práticas e políticas de reestruturação são baseadas em critérios que, do ponto de vista da gestão do Grupo, indiciam que os pagamentos têm elevada probabilidade de continuar a ocorrer. Estas políticas são mantidas em constante revisão.

Em 31 de Dezembro de 2011, encontravam-se na carteira de crédito do Grupo dez operações cujos termos foram renegociados. O valor total dos créditos renegociados, que de outra forma estariam em imparidade, ascendem a €59.241 milhares. Durante o exercício de 2010 não houve renegociação de créditos.

3.2.6. Qualidade da carteira de títulos

O quadro abaixo apresenta uma análise dos títulos de negociação, títulos disponíveis para venda e outros títulos ao justo valor através de resultados, por *rating* da agência Standard & Poors, ou equivalente, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010:

	31.12.2011		
	Activos financeiros de negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	Activos financeiros ao justo valor através de resultados
AAA	-	31.057	-
AA+ a AA-	561	3.449	-
A+ a A-	-	2.871	-
Inferior a A-	133.606	-	76.535
Sem rating	54.392	1.419	-
Unrated	75.410	2.334	-
Total	<u>263.969</u>	<u>41.130</u>	<u>76.535</u>

	31.12.2010		
	Activos financeiros de negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	Activos financeiros ao justo valor através de resultados
AAA	-	10.319	-
AA+ a AA-	-	-	-
A+ a A-	-	4.729	-
Inferior a A-	127.645	2.264	137.315
Sem rating	182.761	4.531	-
Total	310.406	21.843	137.315

3.3. Risco de Mercado

O risco de mercado corresponde à probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos financeiros que compõem as carteiras do Grupo, como, por exemplo, o risco de oscilações nas taxas de juro e de câmbio ou no preço das acções.

O Grupo assume exposição a riscos de mercado, ou seja, a riscos provenientes de posições em aberto em taxas de juro, moeda estrangeira e outros produtos expostos a movimentos gerais e específicos do mercado.

O Grupo estima as perdas potenciais que poderão advir de alterações nas condições de mercado. O Grupo aplica a metodologia de VaR - *value at risk* - *stress testing*, que se baseia em modelos estatísticos que estimam o risco de perda através de padrões históricos de preços e volatilidade. A abordagem utiliza conceitos estatísticos que estimam a probabilidade do valor de um instrumento financeiro situar-se acima ou abaixo de determinado montante. A Comissão Executiva determina limites para o valor do risco que pode ser aceite, sendo monitorizado numa base diária.

A maioria da exposição ao risco de mercado no Grupo está concentrada na actividade da Mesa Proprietária, que se dedica a transaccionar instrumentos financeiros derivados e a gerir posições com o objectivo de beneficiar da evolução dos mercados financeiros. No cálculo dessa exposição, o Grupo utiliza o VaR paramétrico com um intervalo de confiança de 99% e um *holding period* de 1 dia, assumindo-se uma distribuição de retornos normal (*Daily Earnings at Risk*). Este indicador é calculado pelo Departamento de Gestão de Risco de Mercado e monitorizado pela Comissão Executiva numa base regular.

Em 31 de Dezembro de 2011, os riscos de mercado da Mesa Proprietária em termos consolidados apresentavam um DEaR (perda potencial esperada (VaR) para um dia, calculado com um intervalo de confiança de 99%), conforme segue em milhares de EUR:

International Trading Desk				
DEaR 99%	1º Semestre	2º Semestre	2011	2010
Taxa de Juro	440,84	542,95	493,06	135,27

3.4. Risco cambial

O Grupo assume exposição aos efeitos de flutuações cambiais nas suas posições financeiras e *cash flows*.

Aplicações e recursos de instituições financeiras, títulos, crédito a clientes e derivados de moeda expõem o Grupo a risco cambial. O Grupo gere este risco colocando limites ao *mismatch* entre activos, passivos e extrapatrimoniais em cada moeda. A Comissão Executiva aprova os limites ao nível de exposição ao risco cambial.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os activos e passivos do Grupo denominados em moeda estrangeira apresentam-se como segue:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Dólares americanos	Outras moedas estrangeiras	Total	Dólares americanos	Outras moedas estrangeiras	Total
Activo líquido						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	515.873	6.334	522.207	329.505	811	330.316
Disponibilidades em outras Instituições de Crédito	124.240	20.691	144.931	74.629	24.587	99.216
Activos financeiros detidos para negociação	284.921	285.515	570.436	51.637	375.874	427.511
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	76.535	76.535	-	137.315	137.315
Activos financeiros disponíveis para venda	-	858	858	752	-	752
Aplicações em Instituições de Crédito	493.137	-	493.137	924.454	4.026	928.480
Crédito a Clientes	2.079.999	23.734	2.103.733	1.848.924	28.860	1.877.784
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-
Outros activos tangíveis	5.917	1.875	7.792	6.320	1.293	7.613
Activos intangíveis	83.203	2.769	85.972	96.996	3.348	100.344
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	-	-	-	-	-	-
Activos por impostos correntes	1.613	8	1.621	217	-	217
Activos por impostos diferidos	-	5.226	5.226	-	2.683	2.683
Outros activos	36.280	10.495	46.775	59.336	664	60.000
	3.625.183	434.040	4.059.223	3.392.770	579.461	3.972.231
Liabilities						
Passivos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	522.793	25.427	548.220	413.803	1.687	415.490
Recursos de Bancos Centrais	-	-	-	-	-	-
Recursos de outras Instituições de Crédito	358.045	4.771	362.816	980.866	821	981.687
Recursos de Clientes e outros empréstimos	1.400.503	21.253	1.421.756	1.306.995	22.075	1.329.070
Responsabilidades representadas por títulos	1.509.536	2.117	1.511.653	797.127	1.121	798.248
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-
Provisões	-	-	-	-	-	-
Passivos por impostos correntes	4.605	1.635	6.240	3.603	4	3.607
Passivos por impostos diferidos	10.610	-	10.610	8.235	-	8.235
Passivos subordinados	23.242	-	23.242	22.502	-	22.502
Outros passivos	60.141	15.697	75.838	43.126	3.538	46.664
	3.889.475	70.900	3.960.375	3.576.257	29.246	3.605.503
Posição global operacional	(264.292)	363.140	98.848	(183.487)	550.215	366.728

No que diz respeito ao risco cambial a que o Grupo se encontra exposto, este não poderá ser observado pelas posições líquidas de balanço, devido ao tipo de estruturas de produtos financeiros negociados. Desta forma, e com referência a 31 de Dezembro de 2011, as posições líquidas em moedas estrangeiras de exposição a risco cambial, bem como o impacto em resultados antes de impostos resultante de uma depreciação de 10% do Euro face a essas moedas, apresenta-se no quadro que se segue:

	Posição		Impacto
	Longa	Curta	
Dólares americanos	11.076	-	1.007
Reais do Brasil	1.801	-	164
Libra esterlina	-	(867)	(79)
Outras moedas	2.100	-	191
Total	14.977	(867)	1.283

3.5. Risco de taxa de juro

Risco de taxa de juro é o risco de flutuação a que estão sujeitos os *cash flows* de um instrumento financeiro, devido a alterações nas taxas de juro do mercado.

Aplicações e recursos em instituições financeiras, crédito a clientes, obrigações e outros títulos de rendimento fixo e derivados de taxa de juro estão sujeitos a risco de taxa de juro.

O Grupo gere o seu risco de taxa de juro colocando limites no nível de *mismatch* de refixação de taxa de juro que pode ser suportado. A Comissão Executiva aprova limites ao nível de exposição a risco de taxa de juro.

O quadro seguinte resume a exposição do Grupo ao risco de taxa de juro, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010. Estão incluídos no quadro seguinte os activos e passivos do Grupo (excluindo os de negociação), ao valor de balanço, categorizados pela mais recente entre as datas de refixação de taxa de juro e de maturidade.

31 de Dezembro de 2011	Até 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Sem risco de taxa de juro	Total
Activos							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	-	-	-	-	545.295	545.295
Disponibilidades em outras Instituições de Crédito	-	-	-	-	-	163.550	163.550
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	76.535	-	-	-	-	-	76.535
Activos financeiros disponíveis para venda	15.858	-	17.076	8.196	-	-	41.130
Aplicações em Instituições de Crédito	539.600	-	12.510	-	-	13.282	565.392
Crédito a Clientes	354.561	265.690	512.324	1.143.631	217.411	556.776	3.050.393
Outros activos	-	-	-	-	-	195.718	195.718
Total de activos (excluindo os de negociação)	986.554	265.690	541.910	1.151.827	217.411	1.474.621	4.638.013
Passivos							
Recursos de outras Instituições de Crédito	142.385	26.617	559.673	51.402	-	23.187	803.264
Recursos de Clientes e outros empréstimos	174.807	52.157	30.831	26.976	-	1.174.390	1.459.161
Responsabilidades representadas por títulos	135.683	547.571	730.115	204.920	-	-	1.618.289
Passivos subordinados	-	-	-	59.874	23.242	-	83.116
Outros passivos	-	-	-	-	-	112.720	112.720
Total de passivos (excluindo os de negociação)	452.875	626.345	1.320.619	343.172	23.242	1.310.297	4.076.550
	533.679	(360.655)	(778.709)	808.655	194.169		
31 de Dezembro de 2010	Até 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Sem risco de taxa de juro	Total
Total de activos (excluindo os de negociação)	1.774.293	1.057.364	994.999	144.945	12.630	815.356	4.799.587
Total de passivos (excluindo os de negociação)	1.271.038	748.278	667.876	285.619	-	1.154.126	4.126.937
	503.255	309.086	327.123	(140.674)	12.630		

Em 31 de Dezembro de 2011, as taxas de juro máxima e mínima, para activos e passivos (excluindo os de negociação) em EUR e USD, apresentam-se como segue:

	31.12.2011		31.12.2010	
	Taxa de Juro Máxima	Taxa de Juro Mínima	Taxa de Juro Máxima	Taxa de Juro Mínima
EUR				
Activos	8,42%	0,75%	8,85%	0,28%
Passivos	3,31%	0,35%	4,20%	0,20%
USD				
Activos	9,10%	0,02%	9,10%	0,02%
Passivos	5,50%	0,05%	5,50%	0,05%

Em relação aos activos e passivos de negociação, é de salientar que devido às características específicas de alguns desses produtos, estes podem atingir taxas de juro elevadas. Em substância, estas taxas não reflectem a rentabilidade efectiva das operações já que existem operações de derivados que proporcionam uma cobertura económica de parte dessa mesma rentabilidade.

O Grupo utiliza a técnica da análise de sensibilidade que mede as alterações estimadas nos resultados e capitais próprios de um aumento imediato de 1% (100 *basis points*) em taxas de juro de mercado. Esta análise é apenas para fins ilustrativos, já que na prática as taxas de mercado raramente se alteram isoladamente. A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afectam os rendimentos ou despesas de juros em relação a instrumentos financeiros com taxas de juro fixas se estes estiverem reconhecidos ao justo valor;
- Alterações nas taxas de juro de mercado afectam o justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros activos e passivos financeiros;
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros activos e passivos financeiros são estimadas descontando os fluxos de caixa futuros de valores actuais líquidos, utilizando taxas de mercado do final do ano.

Sob estes pressupostos, um aumento de 1% em taxas de juro de mercado para todas as moedas nas quais o Grupo tem instrumentos financeiros a 31 de Dezembro de 2011 resultaria numa diminuição do lucro antes de imposto de aproximadamente €1.136 milhares e do capital próprio de aproximadamente €1.582 milhares.

3.6. Risco de liquidez

O Grupo está exposto a risco de liquidez. A Comissão Executiva estabelece limites à proporção mínima de fundos disponíveis para cobrir níveis inesperados de procura.

A gestão do risco de liquidez é realizada pelo Grupo segundo os parâmetros recomendados pelas Autoridades de Supervisão e em conformidade com as boas práticas emanadas pelo Bank for International Settlements – BIS. Desta forma, a análise do risco de liquidez é elaborada com base em projecções para diversos cenários, avaliando-se os respectivos planos de contingência e projectando-se, em função destes cenários, a evolução do índice de liquidez do Grupo. Adicionalmente, com base num sistema de gestão financeira integrada, capaz de produzir diariamente informação sobre os fluxos de caixa, são devidamente monitorizados os limites que vinculam as actividades da instituição (v.g. limites máximos de *mismatch* por maturidades, limite mínimo de fundos disponíveis para cobrir níveis inesperados de procura, entre outros).

O quadro seguinte analisa os activos e passivos financeiros do Grupo por grupos relevantes de maturidade, sendo os montantes compostos pelo valor de activos e passivos tendo em conta a data em que será efectuado o pagamento, recebimento ou vencimento das operações. No que diz respeito a instrumentos financeiros derivados, estes têm em consideração todos os *cash flows* futuros líquidos existentes.

31 de Dezembro 2011	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos						
Passivos financeiros detidos para negociação	433	19.103	18.259	183.021	42.534	263.350
Recursos de outras Instituições de crédito	149.274	33.421	564.444	60.342	-	807.481
Recursos de clientes	1.310.215	85.319	39.927	29.279	-	1.464.740
Responsabilidades representadas por títulos	119.259	277.830	911.332	336.968	-	1.645.389
Passivos subordinados	-	855	-	59.970	23.186	84.011
Outros Passivos	44.953	42.014	10.217	10.610	-	107.794
Total Passivos Financeiros	1.624.134	458.542	1.544.179	680.190	65.720	4.372.765
Total Activos Financeiros	1.933.273	299.017	687.898	1.474.324	407.160	4.801.673
Gap de Liquidez por Intervalo	309.139	(159.525)	(856.281)	794.134	341.440	428.908
Gap de Liquidez acumulado	309.139	149.614	(706.666)	87.467	428.908	
31 de Dezembro 2011	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Derivados - Negociação						
Fluxo Positivo	528.245	104.213	175.546	79.027	2.982	890.013
Fluxo Negativo	(527.570)	(101.364)	(162.889)	(62.342)	-	(854.165)
Total	675	2.849	12.657	16.685	2.982	35.848
31 de Dezembro 2010	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos						
Passivos financeiros detidos para negociação	995	36.786	31.006	219.961	20.396	309.144
Recursos de outras Instituições de crédito	622.064	63.958	318.892	433.414	-	1.438.328
Recursos de clientes	1.231.580	112.559	39.901	22.947	-	1.406.987
Responsabilidades representadas por títulos	105.582	109.662	608.872	302.781	-	1.126.897
Passivos subordinados	-	454	-	69.370	22.452	92.276
Outros Passivos	29.855	21.293	8.048	8.235	-	67.431
Total Passivos Financeiros	1.990.076	344.712	1.006.719	1.056.708	42.848	4.441.063
Total Activos Financeiros	2.016.050	336.285	500.245	1.542.838	459.709	4.855.127
Gap de Liquidez por Intervalo	25.974	(8.427)	(506.474)	486.130	416.861	414.064
Gap de Liquidez acumulado	25.974	17.547	(488.927)	(2.797)	414.064	
31 de Dezembro 2010	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Derivados - Negociação						
Fluxo Positivo	301.818	36.536	37.262	98.940	-	474.556
Fluxo Negativo	(303.350)	(33.179)	(36.113)	(90.846)	(653)	(464.141)
Total	(1.532)	3.357	1.149	8.094	(653)	10.415

3.7. Justo valor de activos e passivos financeiros

Na determinação do justo valor de um activo ou passivo financeiro, se existir um mercado activo, o preço de mercado é aplicado. No caso de não existir um mercado activo, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites, baseadas em pressupostos de mercado.

O Grupo aplica técnicas de valorização para activos financeiros não cotados, nomeadamente para derivados, instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são o modelo de fluxos de caixa descontados e modelos de opções, que incorporam, por exemplo, curvas de taxa de juro e volatilidades de mercado.

3.7.1. Activos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor

O justo valor dos activos e passivos financeiros que não se encontram mensurados ao justo valor nas demonstrações financeiras apresenta-se como segue, com as respectivas diferenças para o seu valor contabilístico:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Justo Valor	Valor Contabilístico	Diferença	Justo Valor	Valor Contabilístico	Diferença
Activos financeiros						
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	163.550	163.550	-	115.744	115.744	-
Aplicações em Instituições de crédito	565.535	565.392	143	1.407.463	1.407.354	109
Crédito a clientes	3.101.100	3.050.393	50.707	2.516.865	2.423.341	93.524
Passivos Financeiros						
Recursos de outras Instituições de Crédito	806.163	803.264	2.899	1.445.618	1.435.724	9.894
Recursos de Clientes e outros empréstimos	1.461.172	1.459.161	2.011	1.408.119	1.406.296	1.823
Responsabilidades representadas por títulos	1.618.456	1.618.289	167	1.125.576	1.119.264	6.312
Passivos subordinados	84.936	83.116	1.820	95.910	91.864	4.046

a) Disponibilidades e Aplicações em instituições de crédito

Para as disponibilidades, aplicações a taxa variável e depósitos *overnight*, o valor de balanço é considerado como uma aproximação do justo valor. O justo valor estimado para os depósitos a taxa fixa é baseado nos *cash flows* descontados às taxas de mercado monetário prevalecentes para aplicações com risco de crédito e prazo residual semelhante.

b) Crédito a clientes

O crédito a clientes apresenta-se líquido da imparidade. O justo valor estimado do crédito representa o montante descontado dos *cash flows* futuros cujo recebimento é expectável. Os *cash flows* esperados são descontados a taxas actuais de mercado para determinar o justo valor.

c) Recursos de instituições de crédito e de clientes

O justo valor estimado dos depósitos sem maturidade definida, que incluem depósitos à ordem, é o montante de reembolso. O justo valor estimado dos depósitos a taxa fixa é baseado em *cash flows* descontados utilizando taxas de juro para novos recursos com prazo residual similar.

d) Responsabilidades representadas por títulos e Passivos subordinados

O justo valor estimado das emissões representa o valor descontado dos *cash flows* esperados a serem pagos. Os *cash flows* esperados são descontados a taxas actuais de mercado para determinar o justo valor.

3.7.2. Activos e passivos mensurados ao justo valor

O quadro seguinte classifica as mensurações do justo valor do Grupo, baseando-se numa hierarquia do justo valor que reflecte o significado dos *inputs* utilizados na mensuração, conforme os seguintes níveis:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados activos para activos ou passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs* diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que sejam observáveis para o activo ou passivo, quer directamente (i.e., como preços) quer indirectamente (i.e., derivados dos preços); e
- Nível 3: *inputs* para o activo ou passivo que não se baseiem em dados de mercado observáveis (*inputs* não observáveis).

	31.12.2011				31.12.2010			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos e passivos mensurados ao justo valor								
Activos financeiros detidos para negociação								
- Títulos de dívida	127.734	-	-	127.734	51.464	-	-	51.464
- Títulos de capital	136.235	-	-	136.235	258.942	-	-	258.942
- Unidades de participação	-	-	-	-	-	-	-	-
- Derivados	191	309.459	-	309.650	3.256	123.654	-	126.910
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados								
- Títulos de dívida	76.535	-	-	76.535	137.315	-	-	137.315
Activos financeiros disponíveis para venda								
- Títulos de dívida	38.796	2.334	-	41.130	18.828	3.015	-	21.843
Total de activos mensurados ao justo valor	379.491	311.793	-	691.284	469.805	126.669	-	596.474
Passivos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados								
- Structured Linked Notes	-	263.351	-	263.351	-	309.144	-	309.144
- Derivados	26.916	265.288	-	292.204	9.065	102.272	-	111.337
Total de passivos mensurados ao justo valor	26.916	528.639	-	555.555	9.065	411.416	-	420.481

3.8. Gestão de Capital

A Itaúsa Europa Investimentos qualifica-se como “companhia financeira-mãe” (*financial holding company*) do Grupo e, nesta medida, é sobre ela que incide a supervisão em base consolidada exercida pelo Banco de Portugal.

É desta forma que o Grupo está obrigado ao cumprimento de toda a regulamentação bancária vigente em Portugal e na União Europeia, nomeadamente a que decorre da transposição para o direito interno, ocorrida em 2007, das Directivas Comunitárias 2006/48/EC e 2006/49/EC.

Estas duas Directivas integram ao direito comunitário as iniciativas mais recentes sobre regulamentação prudencial da actividade bancária, com destaque para as elaboradas no âmbito do Comité de Supervisão Bancária de Basileia. Em resumo, tais iniciativas têm por objectivo assegurar que os níveis dos fundos próprios estejam sempre adequados ao perfil de risco de cada instituição, evoluindo em conformidade com este perfil.

No quadro legislativo local, o conjunto habitualmente conhecido como Capital Requirements Directive, reformulado nos termos descritos acima, está hoje transposto para a ordem jurídica portuguesa por meio do Decreto-Lei n.º 103/2007 e do Decreto-Lei n.º 104/2007, e em Avisos e Instruções do Banco de Portugal elaborados ou alterados na sua sequência.

Neste renovado quadro legal, a adopção pelas instituições bancárias de processos de avaliação, medição e controlo dos riscos inerentes à actividade ganha ainda maior relevância. Pela mesma razão, é também enfatizada a necessidade de as instituições disporem de estruturas de governança corporativa que favoreçam uma gestão mais segura e responsável do negócio, sendo ainda ressaltada a importância do rácio de solvabilidade das instituições.

O Grupo tem historicamente mantido rácios substancialmente superiores ao mínimo de 9% exigido pelo Banco de Portugal, sendo que, em termos consolidados na Itaúsa Europa Investimentos, este rácio atingiu em Dezembro de 2011 o valor de 13,1%.

A tabela seguinte sumariza a composição do capital regulatório e dos rácios do Grupo em 31 de Dezembro de 2011 e 2010. Durante estes dois períodos, as entidades individuais do Grupo e o Grupo cumpriram com todos os requisitos de capital impostos externamente a que estão sujeitos.

	2011	2010
	Basel II	Basel II
Fundo Próprios de Base		
Capital realizado	407.390	407.390
Prémio de emissão	55.078	55.078
Reservas legais e outras formadas por resultados não distribuídos	163.298	152.499
Interesses minoritários	25	57
Resultados do último exercício	(49.266)	40.076
Diferenças negativas de primeira consolidação	-	34.733
Menos: Activos intangíveis	(91.112)	(108.313)
Menos: Insuficiência de provisões	-	(19.543)
Menos: Diferenças de reavaliação	1.185	(685)
Menos: investimentos em instituições financeiras	(15.805)	(79.062)
Fundo Próprios de Base Totais	470.792	482.231
Fundo Próprios Complementares		
Provisões para riscos gerais de crédito	-	19.542
Empréstimos subordinados	71.202	91.822
Fundo Próprios Complementares Totais	71.202	111.363
Menos: investimentos em instituições financeiras	(15.805)	(79.062)
Fundos Próprios Elegíveis	526.189	514.533
Requisitos de Fundos Próprios	322.358	271.505
Activos ponderados pelo risco¹	3.592.320	3.393.809
Rácio de adequação de fundos próprios de base (TIER I)	11,7%	14,2%
Rácio de adequação de fundos próprios (TIER II)	13,1%	15,2%

¹ Requisitos Totais x 12,5

3.9. Contabilidade de Cobertura

Cobertura de investimento líquido em unidades operacionais estrangeiras

O Grupo cobre parte do seu risco cambial de investimentos líquidos em unidades operacionais estrangeiras através da contratação de derivados *Swaps* de moeda, directamente com o mercado.

Não foi reconhecida ineficácia em resultados decorrente de coberturas em investimento líquido em unidades operacionais estrangeiras. Não foram transferidos de reservas para resultados quaisquer montantes em 2011, dado não se terem verificado alienações de unidades operacionais estrangeiras.

3.10. Actividade Fiduciária

Através da sua subsidiária Itaú Bank & Trust Bahamas, o Grupo desenvolve actividades fiduciárias que resultam na detenção e/ ou colocação de activos de particulares, *trusts* e outras instituições.

Estes activos, bem como o resultado por eles gerado, estão excluídos destas demonstrações financeiras, dado que não se tratam de activos do Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2011, encontravam-se sob gestão do Itaú Bank & Trust Bahamas 216 *trusts* com o valor total de USD 690 milhões (31.12.2010: 625 *trusts*, com o valor total de USD 889 milhões).

NOTA 4 - RELATO POR SEGMENTOS

O relato por segmentos apresentado, segue, no que respeita aos segmentos de negócio e geográficos, o disposto no IFRS 8.

Os segmentos de negócio constituem a base de segmentação principal das demonstrações financeiras consolidadas, coincidente com o primeiro nível de desagregação da gestão e da informação do Grupo.

Um segmento de negócio é uma componente identificável do Grupo que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um conjunto de produtos ou serviços relacionados, e que está sujeita a riscos e benefícios diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

O Grupo encontra-se organizado nos seguintes segmentos de negócio:

- *Corporate & Investment Banking* - O segmento de *Corporate & Investment Banking* apoia as necessidades financeiras de empresas com actividade e presença internacional, sendo um importante *player* no nicho de mercado das operações financeiras internacionais associadas ao financiamento das relações comerciais e de investimento entre a América Latina e a Europa. Dentre os diversos serviços e produtos oferecidos destaca-se a originação de operações de financiamento estruturadas e de cobertura de risco (derivados cambiais e de taxa de juro), em especial envolvendo a casa mãe europeia de empresas estabelecidas na América Latina, o financiamento de exportações entre as melhores empresas clientes do Itaú Unibanco e empresas europeias, a prestação de serviços de consultoria e/ou financiamento a empresas europeias que investem na América Latina, assim como a empresas da América Latina no seu processo de internacionalização. Este segmento agrupa ainda todas as actividades desenvolvidas pelo Grupo nos mercados financeiros, de capitais e de derivados, quer para suprir as necessidades de financiamento das restantes actividades do Grupo, quer desenvolvendo actividades de intermediação financeira e de gestão de activos próprios. Tais actividades envolvem nomeadamente a captação e aplicação de fundos nos mercados interbancários, a emissão de títulos de dívida e produtos estruturados de captação próprios, a intermediação (montagem e distribuição) de títulos de dívida por conta de clientes, sobretudo grandes empresas e grupos económicos clientes do Grupo Itaú Unibanco, o investimento e negociação por conta própria de títulos, derivados e produtos estruturados, quer com investidores institucionais quer com empresas clientes.

- *Private Banking* - A área de *Private Banking* internacional é desenvolvida pelo Banco Itaú Europa Luxemburgo, pelo Banco Itaú Europa International, pelo Itaú Bank & Trust Bahamas e pelo Banco Itaú Suisse. Consiste na prestação de serviços financeiros e de gestão dos patrimónios de clientes com elevado poder aquisitivo, nomeadamente disponibilizando uma base diversificada e especializada de fundos de investimento, negociando e administrando por sua conta títulos e outros instrumentos financeiros assim como gerindo *trusts* e *investment companies* por conta dos clientes.

- Outros - Este segmento engloba a participação financeira na associada IPI, entre outros segmentos residuais, que representam individualmente menos de 10% do total dos proveitos, do resultado líquido e dos activos do Grupo.

O reporte por segmentos operacionais é conforme segue:

31 de Dezembro de 2011	<i>Corporate&Investment Banking</i>	<i>Private Banking</i>	Outros	Eliminações	Total
Proveitos externos	98.559	99.831	-	-	198.390
Proveitos intra-segmento	-	-	-	-	-
Total de proveitos	98.559	99.831	-	-	198.390
Custos do segmento	(34.387)	(14.602)	-	-	(48.989)
Produto Bancário do segmento	64.172	85.229	-	-	149.401
Custos de estrutura	(29.996)	(82.089)	-	-	(112.085)
Imparidades e Provisões líquidas	(462)	(10.166)	-	-	(10.628)
Resultado antes de impostos	33.714	(7.026)	-	-	26.688
Impostos sobre os lucros	(10.298)	(3.172)	-	-	(13.470)
Resultados da associada	-	-	(62.485)	-	(62.485)
Resultado consolidado global	23.416	(10.198)	(62.485)	-	(49.267)
Resultado atribuível a interesses minoritários	-	1	-	-	1
Resultado consolidado do Grupo	23.416	(10.197)	(62.485)	-	(49.266)
Activos por segmento	4.138.158	2.387.682	31.611	(1.345.819)	5.211.632
Passivos por segmento	3.928.949	2.052.172	-	(1.345.819)	4.635.302

31 de Dezembro de 2010	<i>Corporate & Investment Banking</i>	<i>Private Banking</i>	Outros	Eliminações	Total
Proveitos externos	85.754	90.254	94	-	176.102
Proveitos intra-segmento	7.690	-	-	(7.690)	-
Total de proveitos	93.444	90.254	94	(7.690)	176.102
Custos do segmento	(35.762)	(21.913)	-	7.690	(49.985)
Produto Bancário do segmento	57.682	68.341	94	-	126.117
Custos de estrutura	(24.477)	(74.065)	-	-	(98.542)
Imparidades e Provisões líquidas	1.824	-	-	-	1.824
Resultado antes de impostos	35.029	(5.724)	94	-	29.399
Impostos sobre os lucros	(5.660)	(1.140)	-	-	(6.800)
Resultados da associada	-	-	17.476	-	17.476
Resultado consolidado global	29.369	(6.864)	17.570	-	40.075
Resultado atribuível a interesses minoritários	(1)	2	-	-	1
Resultado consolidado do Grupo	29.368	(6.862)	17.570	-	40.076
Activos por segmento	3.886.611	2.197.249	158.123	(1.005.080)	5.236.903
Passivos por segmento	3.714.929	1.839.202	-	(1.005.080)	4.549.051

O reporte de segmentos geográficos do Grupo é baseado na localização geográfica dos clientes / activos e reparte-se da seguinte forma:

31 de Dezembro de 2011	Total de activos	Total de passivos	Extrapatrimoniais	Proveitos	Investimento em Capital Fixo
Portugal	404.814	29.849	41.500	20.124	4.163
Resto da UE	1.425.872	746.669	407.740	40.205	1.243
Resto da Europa	158.915	72.068	2	1.573	996
América do Norte	836.603	155.122	166.140	6.014	817
América Central e Caraíbas	451.200	512.932	48.603	7.660	67
América do Sul	1.601.802	991.846	663.335	120.581	-
Resto do Mundo	389	1.965.991 (*)	80	2.233	-
Investimentos em associadas	31.611	-			
Activos / Passivos não alocados	300.426	160.825			
Total	5.211.632	4.635.302	1.327.400	198.390	7.286

(*) Este saldo corresponde essencialmente a títulos colocados em múltiplos países.

31 de Dezembro de 2010	Total de activos	Total de passivos	Extrapatrimoniais	Proveitos	Investimento em Capital Fixo
Portugal	267.760	30.062	51.500	10.812	397
Resto da UE	1.542.515	511.586	390.483	21.623	2.636
Resto da Europa	140.776	30.338	19.485	1.590	4.957
América do Norte	785.687	56.548	172.975	8.653	2.532
América Central e Caraíbas	487.385	1.020.790	57.629	9.738	194
América do Sul	1.643.929	1.275.315	375.286	123.538	-
Resto do Mundo	49.759	1.499.885 (*)	18.176	148	-
Investimentos em associadas	158.123	-			
Activos / Passivos não alocados	160.969	124.527	-		
Total	5.236.903	4.549.051	1.085.534	176.102	10.716

(*) Este saldo corresponde essencialmente a títulos colocados em múltiplos países.

NOTA 5 - CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Caixa	125	97
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	5.215	3.741
Depósitos à ordem em Bancos Centrais Estrangeiros	539.955	345.516
	545.295	349.354

NOTA 6 - DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Quanto à sua natureza, as Disponibilidades em outras Instituições de Crédito analisam-se como segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito no País		
Depósitos à Ordem	515	1.341
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito no Estrangeiro		
Depósitos à Ordem	163.035	114.403
	163.550	115.744

NOTA 7 - ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31.12.2011	31.12.2010
<u>Activos financeiros detidos para negociação</u>		
Instrumentos de dívida		
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	126.186	51.464
Obrigações de outros emissores estrangeiros	1.548	-
Instrumentos de capital		
Acções	136.235	258.942
<u>Instrumentos derivados com justo valor positivo (Nota 8)</u>		
Derivados de Negociação	131.429	111.683
Derivados Embutidos	178.221	15.227
	573.619	437.316

O detalhe dos activos financeiros detidos para negociação, que não instrumentos derivados, é apresentado de seguida:

Natureza e espécie dos títulos	Moeda original	Quantidade	Valor balanço/ justo valor
Instrumentos de dívida			
Emitidos por não residentes			
De emissores públicos estrangeiros			
TESOURO NACIONAL BRASILEIRO	BRL	211 128	126.186
			126.186
Outros emissores			
MPX ENERGIA SA 16-6-2014	BRL	58 759	1.548
			1.548
Instrumentos de capital			
Emitidos por não residentes			
BOVESPA	BRL	27 353 640	136.228
NYSE	USD	558	3
NYSE	CAD	60	1
NASDAQ GS	USD	151	3
			136.235
			263.969

NOTA 8 - DERIVADOS

O Grupo contrata derivados financeiros no âmbito da sua actividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados, satisfazendo as necessidades dos seus clientes ou cobrindo posições de natureza estrutural.

O Grupo transacciona derivados financeiros, nomeadamente sob a forma de contratos sobre taxas de câmbio, taxas de juro, acções ou índices de acções, sobre a inflação ou sobre uma combinação destes subjacentes. Estas transacções são efectuadas em mercados de balcão (OTC – *Over-The-Counter*) e em mercados organizados.

A negociação de derivados em mercados organizados rege-se pelas normas e regulamentação própria desses mercados.

A negociação de derivados no mercado de balcão (OTC) baseia-se, normalmente, num contrato bilateral standard, que engloba o conjunto das operações sobre derivados existentes entre as partes.

Todos os derivados são reconhecidos contabilisticamente pelo seu justo valor. A evolução do justo valor dos derivados é reconhecida nas contas relevantes do balanço (Ver Notas **7** e **18**) e tem impacto imediato em resultados.

O valor nocional é o valor de referência para efeito de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação e é registado em contas extrapatrimoniais.

A rubrica de Derivados de Negociação analisa-se como segue:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Notional value	Book value		Notional value	Book value	
		Assets	Liabilities		Assets	Liabilities
Interest rate contracts						
Swaps	1.915.588	46.774	(17.883)	2.240.958	33.528	(15.352)
Caps & Floors	22.683	267	(13)	20.947	322	-
Options - Over-the-counter market						
Call options						
Purchase	3.439	-	-	3.330	-	-
Sale	-			-		
Futures						
Purchase	121.725	191	(26.916)	526.017	3.256	(9.065)
Sale	(2.637.815)			(1.848.034)		
Exchange rate contracts						
Options - Over-the-counter market						
Call options						
Purchase	179.299	968	(805)	111.026	521	(405)
Sale	(179.869)			(111.145)		
Put options						
Purchase	64.499	2.035	(2.128)	106.822	3.703	(3.452)
Sale	(64.499)			(106.822)		
Forwards						
Purchase	1.244.020	38.196	(32.399)	2.098.836	51.506	(37.575)
Sale	(1.231.274)			(2.071.776)		
Swaps						
Purchase	347.369	2.144	(31)	66.997	462	(4.893)
Sale	(344.610)			(72.318)		
Stock index contracts						
Options - Over-the-Counter Market						
Call options						
Purchase	276.984	11.729	(4.002)	122.749	14.975	(1.958)
Sale	(178.152)			(23.897)		
Put options						
Purchase	195.360	27.324	(160.910)	32.590	2.031	(9.582)
Sale	(772.744)			(272.142)		
Other contracts						
Credit Default Swaps	(257.871)	1.801	(3.783)	(98.618)	1.337	(1.142)
Options - Over-the-Counter Market						
Call options						
Purchase	-	-	-	422	42	-
Sale	-			-		
Put options						
Purchase	-	-	-	-	-	(19)
Sale	(580)			(1.955)		
		<u>131.429</u>	<u>(248.870)</u>		<u>111.683</u>	<u>(83.443)</u>

A rubrica de Derivados Embutidos, em 31 de Dezembro de 2011, corresponde a montantes referentes a operações de derivados embutidos destacados de instrumentos financeiros compostos, os quais são analisados como segue:

	31.12.2011		31.12.2010	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Cross Currency Swaps	9.887	(2.942)	2.986	(10.032)
Credit Default Swaps	3.878	(1.754)	1.154	(1.184)
Opções sobre cotações	164.448	(38.515)	10.848	(16.300)
Opções sobre moedas	8	(123)	220	(336)
Opções sobre outros subjacent	0	-	19	(42)
	<u>178.221</u>	<u>(43.334)</u>	<u>15.227</u>	<u>(27.894)</u>

A rubrica de Derivados de cobertura, em 31 de Dezembro de 2011, corresponde ao justo valor de derivados *Swaps* de Moeda contrados para cobertura de parte do risco cambial do Grupo decorrente de investimentos líquidos em unidades operacionais estrangeiras, os quais são analisados como segue:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Notional value	Book value		Notional value	Book value	
		Assets	Liabilities		Assets	Liabilities
Derivatives designated as hedging instruments of net investment in foreign operations						
Currency Swaps						
Purchase	297.539	-	(3.197)	289.582	-	(1.633)
Sale	(300.700)	-	(3.197)	(291.181)	-	(1.633)
		<u>-</u>	<u>(3.197)</u>		<u>-</u>	<u>(1.633)</u>

NOTA 9 – OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

A opção do Grupo em designar estes activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados visa eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento (“falta de balanceamento contabilístico”) ou decorre do facto de os contratos subjacentes conterem um ou mais derivados embutidos destacáveis de acordo com a IAS 39 (ver **Nota 2.2.2. a)**).

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Debt instruments		
Bonds of public foreign issuers	<u>76.535</u>	<u>137.315</u>
	<u>76.535</u>	<u>137.315</u>

O detalhe destes activos é apresentado de seguida:

Natureza e espécie dos títulos	Moeda original	Quantidade	Valores unitários		Valor balanço/ justo valor	Mercado organizado relevante
			Nominal	Cotação/Preço		
Instrumentos de dívida						
Emitidos por não residentes						
De emissores públicos estrangeiros						
Obrigações						
REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 2-1-2012	BRL	176 000	415	104,84%	76.535	SAO PAULO
					76.535	

NOTA 10 - ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica analisa-se como segue:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Instrumentos de dívida		
Obrigações de emissores públicos nacionais	-	-
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	31.057	10.320
Obrigações de outros emissores nacionais		
Dívida não subordinada	1.419	-
Dívida subordinada	2.334	2.264
Obrigações de outros emissores estrangeiros		
Dívida não subordinada	2.412	3.207
Dívida subordinada	3.908	6.052
	<u>41.130</u>	<u>21.843</u>

Em 31 de Dezembro de 2011, os cupões mínimo e máximo observados na carteira de títulos disponíveis para venda são de 0,75% (REPUBLICA DA FRANÇA – 20.09.2012) e 8% (CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS – 28.09.2015).

O detalhe dos activos financeiros disponíveis para venda é apresentado de seguida:

Natureza e espécie dos títulos	Moeda original	Quantidade	Valores unitários		Valor Aquisição	Valor balanço/ justo valor	Valias (+/-)	Mercado organizado relevante
			Nominal	Cotação/Preço				
Instrumentos de dívida								
Emitidos por residentes								
Dívida não subordinada								
Bonds								
CAIXA GERAL DEPOSITOS LISBON 28-9-2015	EUR	1 600	1.000	88,57%	1.600	1.419	(183)	PORTUGAL
					1.600	1.419	(183)	
Dívida subordinada								
Bonds								
BANIF-LISBOA 30-12-2015	EUR	3 000	1.000	77,78%	3.000	2.334	(664)	LUXEMBOURG
					3.000	2.334	(664)	
Emitidos por não residentes								
De dívida pública estrangeira								
Bonds								
REPUBLIC OF FRANCE 25-9-2013	EUR	5 000 000	1	102,16%	5.034	5.135	74	MTS FRANCE
REPUBLIC OF FRANCE 12-1-2012	EUR	15 000 000	1	100,00%	14.995	15.000	6	MTS FRANCE
REPUBLIC OF FRANCE 20-9-2012	EUR	10 000 000	1	100,42%	9.986	10.064	56	EUROMTS
Switzerland Government 2.75%	CHF	1 024 500	0,80	102,45%	-	858	-	SUISSE
					30.015	31.057	136	
De outros não residentes								
Dívida não subordinada								
Bonds								
GOLDMAN SACHS INTERNATIONAL 04-02-2013	EUR	2 500	1.000	96,20%	2.500	2.412	(95)	FRANKFURT
					2.500	2.412	(95)	
Dívida subordinada								
Bonds								
DEUTSCHE BANK AG 22-9-2015	EUR	4 000	1.000	86,18%	3.999	3.449	(552)	FRANKFURT
ERSTE CAPITAL FINANCE 28-9-2049	EUR	1 000	1.000	44,50%	991	459	(546)	VIENNA
					4.990	3.908	(1.098)	
					42.105	41.130	(1.904)	

NOTA 11 - APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Aplicações em Instituições de Crédito no País		
Mercado Monetário Interbancário / Depósitos a prazo	-	120.404
Juros a receber	-	93
Aplicações em Instituições de Crédito no Estrangeiro		
Mercado Monetário Interbancário / Depósitos a prazo	565.305	1.286.634
Juros a receber	87	223
	565.392	1.407.354

Em 31 de Dezembro de 2011, a taxa de juro para aplicações em EUR, é de 2,868%.

Em 31 de Dezembro de 2011, a taxa de juro máxima e mínima, para aplicações em USD, é de 1,59% e de 0,02%, respectivamente.

NOTA 12 - CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica analisa-se como segue:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Crédito interno		
Créditos em conta corrente a curto prazo	25.000	63.800
Empréstimos a médio e longo prazo	60.000	2.500
Representado por títulos	284.791	87.787
Créditos a empregados	11.718	12.001
Juros a receber	3.096	107
	<u>384.605</u>	<u>166.195</u>
Crédito ao exterior		
Créditos em conta corrente a curto prazo	32.941	-
Desconto de saque à importação	182.055	23.561
Empréstimos a curto prazo	232.007	289.988
Empréstimos a médio e longo prazo	2.210.967	1.932.567
Leasing	4.732	6.260
Juros a receber	12.107	11.323
	<u>2.674.809</u>	<u>2.263.699</u>
Crédito e juros vencidos	9.018	9.017
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(5.789)	(3.806)
Valor bruto do crédito a clientes	<u><u>3.062.643</u></u>	<u><u>2.435.105</u></u>
Imparidade do crédito	(12.250)	(11.764)
Valor líquido do crédito a clientes	<u><u>3.050.393</u></u>	<u><u>2.423.341</u></u>

Em 31 de Dezembro de 2011, a estrutura sectorial da carteira de crédito a clientes do Grupo (excluindo crédito e juros vencidos, imparidade, juros e comissões a receber e receitas com proveito diferido) é a seguinte:

	31.12.2011	%	31.12.2010	%
Adbos fertilizantes e químicos do solo	80.377	2,6%	80.826	3,3%
Alimentos	6.183	0,2%	86.268	3,6%
Autopeças e acessórios	125.651	4,1%	60.649	2,5%
Bancos	104.920	3,4%	115.462	4,8%
Bebidas	57.999	1,9%	44.820	1,9%
Calçados e artigos de couro	5.228	0,2%	11.328	0,5%
Carnes	48.005	1,6%	87.655	3,6%
Celulose e papel	87.912	2,9%	149.947	6,2%
Construção pesada	154.045	5,1%	101.721	4,2%
Geração, transmissão e distribuição de energia	93.466	3,1%	123.232	5,1%
Materiais de construção	138.400	4,5%	135.265	5,6%
Metalurgia e siderurgia	266.427	8,8%	90.709	3,8%
Media	10.749	0,4%	11.756	0,5%
Mineração	11.656	0,4%	23.609	1,0%
Petróleo e gás	235.045	7,7%	254.509	10,5%
Petroquímica	37.601	1,2%	9.622	0,4%
Telecomunicações	262.019	8,6%	103.660	4,3%
Têxtil	5.640	0,2%	15.104	0,6%
Usinas de açúcar e álcool	117.729	3,9%	38.684	1,6%
Private Banking	869.608	28,6%	632.973	26,2%
Outros sectores	325.551	10,6%	240.665	9,8%
	3.044.211	100,0%	2.418.464	100,0%

Em 31 de Dezembro de 2011, o crédito concedido a taxa variável e a taxa fixa é de €2.299.908 milhares e €744.303 milhares, respectivamente.

NOTA 13 - OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos outros activos tangíveis durante o exercício de 2011 foi o seguinte:

	Valor bruto						Amortizações acumuladas						Valor líquido		
	Saldo em 31.12.2010	Aquisições	Transfe-rências	Variação cambial	Alienações / Abates	Imparidade	Saldo em 31.12.2011	Saldo em 31.12.2010	Amortizações do exercício	Transfe-rências	Variação cambial	Alienações / Abates	Saldo em 31.12.2011	Saldo em 31.12.2010	Saldo em 31.12.2011
Outros activos tangíveis															
° Imóveis	7.083	1.995	294	121	(98)	-	9.396	(2.228)	(760)	-	(67)	92	(2.961)	4.855	6.435
° Mobiliário e material	2.619	1.192	102	74	(128)	-	3.859	(810)	(366)	-	(40)	37	(1.179)	1.809	2.680
° Máquinas e ferramentas	181	101	-	3	(8)	-	277	(143)	(17)	-	(2)	7	(155)	38	122
° Equipamento informático	5.161	1.119	-	114	(817)	-	5.577	(3.125)	(1.011)	-	(105)	777	(3.464)	2.036	2.113
° Instalações interiores	871	529	-	4	(248)	-	1.156	(714)	(80)	18	(5)	195	(586)	157	570
° Material de transporte	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	2	-
° Equipamento de segurança	137	2	-	4	-	-	143	(63)	(2)	(18)	(1)	1	(83)	74	60
° Património artístico	929	563	-	29	-	-	1.521	-	-	-	-	-	-	929	1.521
° Outro equipamento	10	-	-	-	-	-	10	(10)	-	-	-	-	(10)	-	-
Activos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
° Imóveis	384	29	(396)	6	-	-	23	-	-	-	-	-	-	384	23
° Outros activos tangíveis	51	-	-	1	-	-	52	-	-	-	-	-	-	51	52
Total	17.426	5.530	-	356	(1.299)	-	22.014	(7.091)	(2.236)	-	(220)	1.109	(8.438)	10.335	13.576

O movimento ocorrido nos outros activos tangíveis durante o exercício de 2010 foi o seguinte:

	Valor bruto						Amortizações acumuladas						Saldo em 31.12.2009	Saldo em 31.12.2010	Saldo em 31.12.2010
	Saldo em 31.12.2009	Aquisições	Transfe-rências	Variação cambial	Alienações / Abates	Imparidade	Saldo em 31.12.2010	Saldo em 31.12.2009	Amortizações do exercício	Transfe-rências	Variação cambial	Alienações / Abates			
Outros activos tangíveis															
◦ Imóveis	4.260	696	2.042	85	-	-	7.083	(1.638)	(556)	-	(34)	-	(2.228)	2.622	4.855
◦ Mobiliário e material	1.173	991	388	71	(4)	-	2.619	(490)	(263)	-	(24)	(33)	(810)	683	1.809
◦ Máquinas e ferramentas	179	25	-	5	(28)	-	181	(137)	(30)	-	(4)	28	(143)	42	38
◦ Equipamento informático	3.329	1.395	321	145	(29)	-	5.161	(2.370)	(697)	-	(87)	29	(3.125)	959	2.036
◦ Instalações interiores	846	16	2	7	-	-	871	(647)	(64)	-	(3)	-	(714)	199	157
◦ Material de transporte	130	-	-	6	(136)	-	-	(95)	(25)	-	(5)	127	2	35	2
◦ Equipamento de segurança	49	4	84	-	-	-	137	(44)	(19)	-	-	-	(63)	5	74
◦ Património artístico	78	32	842	4	(27)	-	929	-	-	-	-	-	-	78	929
◦ Outro equipamento	10	-	-	-	-	-	10	(10)	-	-	-	-	(10)	-	-
Activos tangíveis em curso															
◦ Imóveis	2.631	385	(2.822)	191	(1)	-	384	-	-	-	-	-	-	2.631	384
◦ Outros activos tangíveis	136	1.370	(1.428)	11	(38)	-	51	-	-	-	-	-	-	136	51
Total	12.821	4.914	(571)	525	(263)	-	17.426	(5.431)	(1.654)	-	(157)	151	(7.091)	7.390	10.335

NOTA 14 - GOODWILL E ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Activos Intangíveis		
- Valor bruto	98.035	97.470
- Imparidade	(1.241)	-
- Amortizações acumuladas	(62.891)	(53.163)
	<u>33.903</u>	<u>44.307</u>
Goodwill		
- Valor bruto	66.099	64.006
- Imparidade	(8.890)	-
	<u>57.209</u>	<u>64.006</u>
	<u>91.112</u>	<u>108.313</u>

As diferenças de consolidação (*goodwill*) apresentadas resultam de aquisições de unidades, negócios e carteiras de *Private Banking*, que se verificaram no Grupo desde Maio de 2007.

De acordo com a IAS 36, este *goodwill* é anualmente testado para imparidade como parte do teste de imparidade do grupo de unidades geradoras de caixa com o qual está relacionado, e que deverá beneficiar da combinação de negócios da qual este *goodwill* resultou (conforme IFRS 8).

O teste de imparidade do *goodwill* consiste na comparação do valor actual dos cash flows futuros esperados nesse grupo de unidades geradoras de caixa, com o valor de balanço dos seus activos líquidos.

Em Dezembro de 2011, foi identificada imparidade no montante de EUR 3.355 mil sobre o goodwill gerado na fusão entre o BIE Luxemburgo e UBB Lux (ocorrida em Agosto de 2009), uma vez que é esperado que BIE Luxemburgo feche em 2013 e suas actividades sejam transferidas para Miami e Suíça.

Além disso, o goodwill e intangível reconhecido por PPA na aquisição do Itau Bank&Trust Bahamas foi submetido a teste de imparidade, tendo em mente que a actividade bancária desta empresa migrou para outras empresas do grupo e as restantes receitas esperadas (actividade fiduciária) não são significativas. Sobre o intangível foi registado EUR 1.241 milhares de imparidade (valor líquido deste intangível após a amortização acumulada) e sobre o goodwill foi registado EUR 5.535 de imparidade.

Segmento	Data de aquisição	Custo de aquisição		Goodwill		Intangível	
		USD'000	EUR'000	USD'000	EUR'000	USD'000	EUR'000
Private Banking	1º Semestre 2007	331.770	256.412	81.185	62.744	105.789	81.759
Private Banking	Ago-09 (*)	85.452	66.042	4.340	3.355	-	-
		<u>417.222</u>	<u>322.454</u>	<u>85.525</u>	<u>66.099</u>	<u>105.789</u>	<u>81.759</u>

(*) Goodwill gerado na sequência da fusão entre o BIE Luxemburgo e o UBB Lux ocorrida em Agosto de 2009 (ver Nota 1.II).

O movimento ocorrido nos activos intangíveis durante o exercício de 2011 foi o seguinte:

	Valor bruto						Amortizações acumuladas						Valor líquido			
	Saldo em 31.12.2010	Aquisições	Transfe-rências	Variação cambial	Alienações / Abates	Imparidade	Saldo em 31.12.2011	Saldo em 31.12.2010	Amortizações do exercício	Transfe-rências	Variação cambial	Alienações / Abates	Saldo em 31.12.2011	Saldo em 31.12.2010	Saldo em 31.12.2011	
Activos intangíveis																
° Software	10.925	1.494	-	336	(455)	-	12.300	(7.404)	(1.810)	-	(326)	25	(9.515)	3.521	2.785	
° Listas de clientes	3.765	-	-	124	(3.889)	-	-	(3.765)	-	-	(123)	3.889	1	-	1	
° Goodwill identificado como intangível	79.171	-	-	2.588	-	(1.241)	80.518	(41.795)	(8.594)	-	(2.059)	-	(52.448)	37.376	28.070	
° Outros activos intangíveis	3.455	52	-	100	-	-	3.607	(199)	(716)	-	(14)	-	(929)	3.256	2.678	
Activos intangíveis em curso																
° Outros activos intangíveis	154	210	-	5	-	-	369	-	-	-	-	-	-	154	369	
Total	97.470	1.756	-	3.153	(4.344)	(1.241)	96.794	(53.163)	(11.120)	-	(2.522)	3.914	(62.891)	44.307	33.903	

O movimento ocorrido nos activos intangíveis durante o exercício de 2010 foi o seguinte:

	Valor bruto						Amortizações acumuladas								Saldo em 31.12.2009	Saldo em 31.12.2010
	Saldo em 31.12.2009	Aquisições	Transfe-rências	Variação cambial	Alienações / Abates	Imparidade	Saldo em 31.12.2010	Saldo em 31.12.2009	Amortizações do exercício	Transfe-rências	Variação cambial	Alienações / Abates	Saldo em 31.12.2010			
Activos intangíveis																
° Sistemas de tratamento automático de dados (software)	8.246	1.957	807	539	(624)	-	10.925	(5.563)	(2.106)	-	(330)	595	(7.404)	2.683	3.521	
° Listas de clientes	4.895	-	-	273	(1.403)	-	3.765	(4.388)	(557)	-	(223)	1.403	(3.765)	507	-	
° Goodwill identificado como intangível	73.434	-	-	5.737	-	-	79.171	(27.947)	(11.822)	-	(2.026)	-	(41.795)	45.487	37.376	
° Outros activos intangíveis	-	3.455	-	-	-	-	3.455	-	(190)	-	(9)	-	(199)	-	3.256	
Activos intangíveis em curso																
° Outros activos intangíveis	-	390	(236)	-	-	-	154	-	-	-	-	-	-	-	154	
Total	86.575	5.802	571	6.549	(2.027)	-	97.470	(37.898)	(14.675)	-	(2.588)	1.998	(53.163)	48.677	44.307	

NOTA 15 - INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E FILIAIS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

Esta rubrica analisa-se como segue:

	Participação Efectiva (%)		Valor de Balanço		Resultado de Equivalência Patrimonial	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
IPI - Itaúsa Portugal Investimentos - SGPS, Lda.	49,00%	49,00%	31.611	158.123	(62.485)	17.476
			31.611	158.123	(62.485)	17.476

A 29 de Dezembro de 2010, o Banco vendeu 2% da sua participação na IPI, sociedade detentora de 18,873% do capital do Banco BPI, à Afincó. Consequentemente, o Banco passou a deter 49% do capital desta sociedade, que deixou de ser subsidiária (consolidada pelo método de consolidação integral) e tornou-se associada (consolidada pelo método de equivalência patrimonial).

Desde 2008 determinados indicadores adversos ocasionaram um declínio significativo no valor de mercado de empresas e a redução das margens de sociedades de serviços financeiros. Apesar de em 2009 se terem observado sinais de recuperação – os preços das acções subiram e, em geral, os mercados accionistas estavam mais activos, o ano de 2010 apresentou novos declínios nos valores de mercado das instituições financeiras. Em 2011, os preços das acções dos bancos portugueses caíram substancialmente. Dessa forma, de acordo com a política do Grupo, foi efectuado o teste de imparidade apropriado sobre o investimento na associada Banco BPI, no sentido de obter o seu justo valor.

No âmbito deste teste, foram utilizados métodos de valorização geralmente aceites para testar a imparidade, nomeadamente:

- modelo Gordon Shapiro: ROE sustentável baseado em demonstrações de resultados recorrentes e taxas de crescimento e desconto conservadoras verificadas junto de fontes externas;
- modelo dos dividendos descontados.

Os pressupostos básicos utilizados foram como segue:

- taxa de retorno para obrigações do tesouro alemão a 10 anos (livre de risco): 2,6%;
- prémio de risco de mercado de 11,3%;
- betas não alavancados obtidos na Bloomberg de 1,159.

Como resultado da análise desenvolvida, o valor de uso calculado com base nos pressupostos acima foi de €86.878 milhares. Atendendo a que o valor de mercado de €89.870 milhares era superior ao valor de uso, foi utilizado o valor de mercado para efeitos de imparidade. Comparado ao valor resultante da equivalência patrimonial de €88.580 milhares, o Grupo concluiu não ser necessário o reconhecimento de perda por imparidade adicional neste investimento, para além da imparidade já registada no goodwill.

Os dados financeiros mais significativos, expressos em milhares de euros, extraídos das demonstrações financeiras consolidadas da associada IPI, preparadas segundo as normas IAS/IFRS, são como segue:

	IPI	
	31.12.2011	31.12.2010
Activo líquido	89.551	347.236
Passivo	25.039	24.535
Capitais Próprios (1)	64.512	322.701
Lucro do Exercício	(127.521)	34.199

(1) incluindo interesses não controlados

Em 31 de Dezembro de 2010, o valor de mercado da participação de 18,873% detida pela IPI no Banco BPI ascende a €90 milhões (31.12.2009: €235 milhões).

NOTA 16 - ACTIVOS POR IMPOSTOS

Esta rubrica analisa-se como segue:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Activos por impostos correntes		
IRC a recuperar	434	1
Pagamentos de IRC por conta	<u>1.206</u>	<u>247</u>
	<u>1.640</u>	<u>248</u>
Activos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	<u>9.290</u>	<u>6.191</u>
	<u>9.290</u>	<u>6.191</u>
	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Activos por impostos diferidos		
- A recuperar dentro de 12 meses	2.265	1.696
- A recuperar após mais de 12 meses	<u>7.025</u>	<u>4.495</u>
	<u>9.290</u>	<u>6.191</u>

NOTA 17 - OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Devedores e outras aplicações		
Sector Público Administrativo	895	1.020
Outros Devedores	1.212	2.820
	<u>2.107</u>	<u>3.840</u>
Rendimentos a receber		
Por compromissos irrevogáveis assumidos com terceiros	329	273
Por serviços bancários prestados	3.236	29.386
Por operações realizadas por conta de terceiros	2.690	1.237
Outros rendimentos a receber		
Comissões sobre garantias prestadas	4	6
Reembolso de despesas	12	4
Outras comissões a receber	-	6
	<u>6.271</u>	<u>30.912</u>
Despesas com encargo diferido		
Compromissos irrevogáveis	39	49
Rendas e alugueres	441	123
Seguros	80	33
Manutenção de sistemas e equipamentos	946	323
Serviços de informações	99	64
Publicações e Publicidade	1	-
Comunicações interbancárias	6	-
Serviços interbancárias	32	-
Outras despesas com encargo diferido	1.969	2.422
	<u>3.613</u>	<u>3.014</u>
Outras contas de regularização		
Operações Cambiais a liquidar	8.628	1
Outras operações a regularizar		
Valores cobrados	4.028	475
Títulos em negociação	23.042	22.919
Outras	800	265
	<u>36.498</u>	<u>23.660</u>
	<u>48.489</u>	<u>61.426</u>

NOTA 18 - PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31.12.2011	31.12.2010
<u>Passivos financeiros detidos para negociação</u>		
Structured Linked Notes	263.351	309.144
<u>Instrumentos derivados com justo valor negativo (Nota 8)</u>		
Derivados de Negociação	248.870	83.443
Derivados Embutidos	43.334	27.894
	<u>555.555</u>	<u>420.481</u>

Os Passivos Financeiros detidos para negociação incluem *Structured Linked Notes* emitidas pelo IBBAInt ao abrigo do *Structured Medium Term Note Programme*. O Grupo emite dois tipos de *Structured Linked Notes*: *Credit Linked Notes* (ou Pass-Through) que são cobertas por Obrigações do tesouro Brasileiro e *Equity Participation Notes* (ou P-Notes) cobertas por acções de empresas Brasileiras. As acções e obrigações referidas acima encontram-se registadas na carteira de Activos financeiros detidos para negociação.

O detalhe das *Structured Linked Notes* é apresentado de seguida:

Passivos financeiros detidos para negociação em 31 de Dezembro de 2011

Emitente	Tipo de Emissão	Moeda	Valor de Emissão EUR'000	Reavaliação	Saldo em 31.12.2011
IBBAInt London	Equity Participation Note	USD	134.142	1.462	135.604
IBBAInt London	Credit Linked Note	USD	134.552	(6.805)	127.747
					<u>263.351</u>

Passivos financeiros detidos para negociação em 31 de Dezembro de 2010

Emitente	Tipo de Emissão	Moeda	Valor de Emissão EUR'000	Reavaliação	Saldo em 31.12.2010
IBBAInt London	Equity Participation Note	USD	205.716	51.982	257.698
IBBAInt London	Credit Linked Note	USD	45.607	5.839	51.446
					<u>309.144</u>

NOTA 19 - RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o Grupo não regista quaisquer captações de Bancos Centrais.

NOTA 20 - RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Recursos de Instituições de Crédito no País		
Mercado Monetário Interbancário / Depósitos a prazo	25.504	-
Empréstimos sindicados	-	7.500
Juros a pagar	-	9
	<u>25.504</u>	<u>7.509</u>
Recursos de Instituições de Crédito no Estrangeiro		
Depósitos à ordem	97	1.893
Mercado Monetário Interbancário / Depósitos a prazo	545.384	1.149.808
Empréstimos sindicados	230.000	272.500
Outros recursos	141	957
Juros a pagar	2.138	3.057
	<u>777.760</u>	<u>1.428.215</u>
	<u>803.264</u>	<u>1.435.724</u>

Em 31 de Dezembro de 2011, a taxa de juro máxima e mínima, para recursos de outras instituições de crédito em EUR, é de 3,308% e de 0,5%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2011, a taxa de juro máxima e mínima, para recursos de outras instituições de crédito em USD, é de 3,23% e de 0,45%, respectivamente.

NOTA 21 - RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Recursos de clientes no País		
Depósitos à vista	4.251	2.650
Depósitos a prazo	-	19.603
Juros a pagar	-	301
Recursos de clientes no Estrangeiro		
Depósitos à vista	1.014.187	1.074.229
Depósitos a prazo	438.605	308.183
Outros recursos	1.029	524
Juros a pagar	1.089	806
	<u>1.459.161</u>	<u>1.406.296</u>

NOTA 22 - RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica analisa-se como segue:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
<i>Euro Medium Term Notes</i>	-	200.457
<i>Floating Rate Notes</i>	112.571	156.516
Certificados de depósito	518.569	291.506
Instrumentos financeiros compostos	979.148	468.212
Juros líquidos a pagar	8.001	2.736
Encargos com as emissões	-	(163)
	<u>1.618.289</u>	<u>1.119.264</u>

O detalhe das responsabilidades representadas por títulos é apresentado de seguida:

Euro Medium Term Notes em 31 de Dezembro de 2010

Entidade emitente	Designação	Data de emissão	Moeda	Quantidade	Montante da emissão em moeda	Montante da emissão em EUR'000	Recompras	Saldo em 31.12.2010	Taxa de Juro			Periodicidade de pagamento de juros	Maturidade	Registo em bolsa
									Indexante	Spread	Taxa actual			
IBBAInt - SFI	EMTN Programme	(a)	Jul-06	EUR	300.000	300.000.000		300.000	(99.543)					
								200.457						
								200.457						

(a) O montante global do *Euro Medium Term Note Programme* é de EUR 1.200 milhões.

Floating Rate Notes a 31 de Dezembro de 2011

Entidade emitente	Designação	Data de emissão	Moeda	Quantidade	Montante da emissão em moeda	Montante da emissão em EUR'000	Recompras	Saldo em 31.12.2011	Taxa de Juro			Periodicidade de pagamento de juros	Maturidade	Registo em bolsa
									Indexante	Spread	Taxa actual			
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Set-09	USD	1.100	1.100.000	850	-	850	USLibor 12m	2,35%	3,19%	Anual	Set-13	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Set-09	USD	600	600.000	464	-	464	USLibor 12m	2,15%	3,00%	Anual	Set-13	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Dez-09	USD	300	300.000	232	-	232	USLibor 12m	1,84%	2,93%	Anual	Dez-12	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Jan-10	USD	165	165.000	127	-	127	USLibor 12m	1,22%	2,00%	Anual	Jan-12	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Nov-09	USD	1.470	1.470.000	1.136	-	1.136	USLibor 12m	1,72%	2,65%	Anual	Nov-13	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Dez-09	USD	3.950	3.950.000	3.053	(724)	2.329	USLibor 12m	3,71%	4,48%	Anual	Dez-14	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Dez-09	USD	300	300.000	232	-	232	USLibor 12m	2,89%	3,70%	Anual	Dez-13	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Jan-10	USD	200	200.000	155	-	155	USLibor 12m	1,41%	2,20%	Anual	Jan-12	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Jan-10	USD	200	200.000	155	-	155	USLibor 12m	2,11%	2,89%	Anual	Jan-13	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Dez-09	USD	600	600.000	464	-	464	USLibor 12m	1,90%	2,97%	Anual	Dez-13	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Fev-11	USD	341	341.000	264	-	264	USLibor 12m	0,68%	1,47%	Anual	Fev-13	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Out-11	USD	200	200.000	155	-	155	USLibor 6m	1,72%	2,30%	Semestral	Out-13	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Out-11	USD	200	200.000	155	-	155	USLibor 6m	2,08%	2,66%	Semestral	Out-14	-
IBBAInt Cayman	Floating Rate Notes	Fev-08	USD	5.000	5.000.000	3.864	-	3.864	USLibor 6m	0,80%	1,26%	Semestral	Fev-13	-
IBBAInt Cayman	Floating Rate Notes	Fev-08	USD	10.000	10.000.000	7.728	-	7.728	USLibor 12m	0,80%	1,25%	Anual	Fev-13	-
IBBAInt Cayman	Floating Rate Notes	Fev-08	USD	10.000	10.000.000	7.728	-	7.728	USLibor 12m	0,80%	1,26%	Anual	Fev-13	-
IBBAInt Cayman	Floating Rate Notes	Fev-10	USD	570	570.000	440	-	440	USLibor 12m	2,70%	3,50%	Anual	Fev-14	-
IBBAInt Cayman	Floating Rate Notes	Abr-10	USD	250	250.000	193	-	193	USLibor 6m	2,22%	2,79%	Semestral	Abr-13	-
IBBAInt Cayman	Floating Rate Notes	Mar-10	EUR	10.000	10.000.000	10.000	-	10.000	USLibor 12m	1,90%	3,64%	Anual	Fev-13	-
IBBAInt Cayman	Floating Rate Notes	Mai-10	USD	500	500.000	386	-	386	Euribor 12m	3,07%	3,70%	Anual	Mai-15	-
IBBAInt Cayman	Floating Rate Notes	Mai-10	USD	275	275.000	213	-	213	USLibor 12m	3,07%	3,70%	Anual	Mai-15	-
IBBAInt Cayman	Floating Rate Notes	Ago-10	USD	390	390.000	301	-	301	USLibor 12m	0,77%	1,54%	Anual	Ago-12	-
IBBAInt Cayman	Floating Rate Notes	Fev-11	EUR	75.000	75.000.000	75.000	-	75.000	USLibor 6m	2,46%	4,20%	Semestral	Fev-13	-
								112.571						

Floating Rate Notes a 31 de Dezembro de 2010

Entidade emitente	Designação	Data de emissão	Moeda	Quantidade	Issue amount in currency	Issue amount in EUR'000	Recompras	Saldo em 31.12.2011	Taxa de Juro			Periodicidade de pagamento de juros	Maturidade	Registo em bolsa
									Indexante	Spread	Taxa actual			
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Mai-09	USD	2.850	2.850.000	2.133	-	2.133	USLibor 6m	2,54%	3,00%	Semestral	Mai-11	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Set-09	USD	1.100	1.100.000	823	(374)	449	USLibor 12m	2,40%	3,19%	Anual	Set-13	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Set-09	USD	600	600.000	449	-	449	USLibor 12m	2,21%	3,00%	Anual	Set-13	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Jun-09	USD	400	400.000	299	-	299	USLibor 6m	2,34%	2,80%	Semestral	Jun-11	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Ago-09	USD	415	415.000	311	-	311	USLibor 6m	2,54%	3,00%	Semestral	Jun-11	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Dez-09	USD	300	300.000	225	-	225	USLibor 12m	2,15%	2,93%	Anual	Dez-12	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Jan-10	USD	165	165.000	123	-	123	USLibor 12m	1,12%	2,00%	Anual	Jan-12	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Nov-09	USD	1.470	1.470.000	1.100	-	1.100	USLibor 12m	1,89%	2,65%	Anual	Nov-13	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Dez-09	USD	3.950	3.950.000	2.956	-	2.956	USLibor 6m	4,02%	4,48%	Semestral	Dez-14	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Dez-09	USD	315	315.000	236	-	236	USLibor 18m	0,78%	1,78%	18 Meses	Jun-11	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Dez-09	USD	300	300.000	225	-	225	USLibor 12m	1,12%	1,90%	Anual	Dez-11	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Dez-09	USD	300	300.000	225	-	225	USLibor 6m	3,24%	3,70%	Semestral	Dez-13	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Jan-10	USD	200	200.000	150	-	150	USLibor 12m	1,24%	2,20%	Anual	Jan-12	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Jan-10	USD	200	200.000	150	-	150	USLibor 12m	2,01%	2,89%	Anual	Jan-13	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Dez-09	USD	600	600.000	449	-	449	USLibor 12m	2,18%	2,97%	Anual	Dez-13	-
IBBAInt Cayman	Floating Rate Notes	Fev-08	USD	5.000	5.000.000	3.742	-	3.742	USLibor 6m	0,80%	1,38%	Semestral	Fev-13	-
IBBAInt Cayman	Floating Rate Notes	Fev-08	USD	10.000	10.000.000	7.484	-	7.484	USLibor 6m	0,80%	1,39%	Semestral	Fev-13	-
IBBAInt Cayman	Floating Rate Notes	Fev-08	USD	10.000	10.000.000	7.484	-	7.484	USLibor 6m	0,80%	1,36%	Semestral	Fev-13	-
IBBAInt Cayman	Floating Rate Notes	Fev-10	USD	570	570.000	427	-	427	USLibor 12m	2,64%	3,50%	Anual	Fev-14	-
IBBAInt Cayman	Floating Rate Notes	Abr-10	USD	250	250.000	187	-	187	USLibor 6m	2,32%	2,79%	Semestral	Abr-13	-
IBBAInt Cayman	Floating Rate Notes	Mar-10	EUR	100.000	100.000.000	100.000	-	100.000	Euribor 6m	3,05%	4,20%	Semestral	Fev-13	-
IBBAInt Cayman	Floating Rate Notes	Mar-10	EUR	10.000	10.000.000	10.000	-	10.000	Euribor 6m	1,90%	3,05%	Semestral	Fev-13	-
IBBAInt Cayman	Floating Rate Notes	Mai-10	USD	500	500.000	374	-	374	USLibor 6m	3,26%	3,70%	Semestral	Mai-15	-
IBBAInt Cayman	Floating Rate Notes	Mai-10	USD	275	275.000	206	-	206	USLibor 6m	3,25%	3,70%	Semestral	Mai-15	-
IBBAInt Cayman	Floating Rate Notes	Ago-10	USD	390	390.000	292	-	292	USLibor 12m	1,14%	1,54%	Anual	Ago-12	-
IBBAInt Cayman	Floating Rate Notes	Jul-10	USD	2.250	2.250.000	1.684	-	1.684	USLibor 13m	0,84%	0,00%	13 Meses	Ago-11	-
IBBAInt Cayman	Floating Rate Notes	Jul-10	USD	2.250	2.250.000	1.684	-	1.684	USLibor 14m	0,84%	0,00%	14 Meses	Ago-11	-
IBBAInt Cayman	Floating Rate Notes	Jul-10	USD	2.250	2.250.000	1.684	-	1.684	USLibor 14m	0,84%	0,00%	14 Meses	Set-11	-
IBBAInt Cayman	Floating Rate Notes	Jul-10	USD	2.250	2.250.000	1.684	-	1.684	USLibor 15m	0,84%	0,00%	15 Meses	Set-11	-
IBBAInt Cayman	Floating Rate Notes	Jul-10	USD	2.250	2.250.000	1.684	-	1.684	USLibor 15m	0,84%	0,00%	15 Meses	Out-11	-
IBBAInt Cayman	Floating Rate Notes	Jul-10	USD	2.250	2.250.000	1.684	-	1.684	USLibor 16m	0,84%	0,00%	16 Meses	Out-11	-
IBBAInt Cayman	Floating Rate Notes	Jul-10	USD	2.250	2.250.000	1.684	-	1.684	USLibor 6m	1,56%	0,00%	Half-yearly	Nov-11	-
IBBAInt Cayman	Floating Rate Notes	Jul-10	USD	2.250	2.250.000	1.684	-	1.684	USLibor 12m	0,84%	0,00%	Anual	Jul-11	-
IBBAInt Cayman	Floating Rate Notes	Jul-10	USD	2.250	2.250.000	1.684	-	1.684	USLibor 12m	0,84%	0,00%	Anual	Jul-11	-
IBBAInt Cayman	Floating Rate Notes	Jul-10	USD	2.250	2.250.000	1.684	-	1.684	USLibor 13m	0,84%	0,00%	13 Meses	Ago-11	-
								156.516						

Certificados de depósito em 31 de Dezembro de 2011

Tipo de Emissão	Moeda	Montante da emissão em EUR'000	Recompras	Saldo em 31.12.2011	Taxa de juro efectiva	Prazo médio de emissão inicial
Certificados de Depósito	(a) EUR	13.546	(284)	13.262	1,79%	168
Certificados de Depósito	(a) USD	523.371	(20.211)	503.160	1,83%	256
Certificados de Depósito	(a) GBP	1.731	-	1.731	2,79%	340
Certificados de Depósito	(a) CHF	416	-	416	1,72%	360
				<u>518.569</u>		

(a) O montante global do *Euro Certificate of Deposit Programme* é de USD 2.000 milhões.

Certificados de depósito em 31 de Dezembro de 2010

Tipo de Emissão	Moeda	Montante da emissão em EUR'000	Recompras	Saldo em 31.12.2010	Taxa de juro efectiva	Prazo médio de emissão inicial
Certificados de Depósito	(a) EUR	4.428	-	4.428	1,78%	306
Certificados de Depósito	(a) USD	304.706	(18.755)	285.951	0,80%	266
Certificados de Depósito	(a) GBP	1.127	-	1.127	1,65%	326
				<u>291.506</u>		

(a) O montante global do *Euro Certificate of Deposit Programme* é de USD 2.000 milhões.

Instrumentos Financeiros Compostos em 31 de Dezembro de 2011

Tipo de Emissão	Moeda	Montante da emissão em EUR'000	Recompras	Saldo em 31.12.2011	Taxa de juro efectiva média	Prazo médio de emissão inicial
Brazilian Foreign Exchange Equity Index Linked Note	USD	77.386	-	77.386	2,18%	1.098
Dual Currency Notes	USD	942	-	942	3,18%	361
First to Default Credit Linked Note	USD	2.310	-	2.310	1,48%	1.836
FX Basket Note	USD	754	-	754	2,75%	1.092
Knock In Reverse Convertible Note	USD	12.242	-	12.242	2,40%	275
Phoenix Switch Worst Of Autocall	USD	2.550	-	2.550	0,27%	365
Phoenix Worst Of Autocall Note	USD	252.416	(4.955)	247.461	0,41%	380
Wedding Cake Note	USD	1.199	-	1.199	2,60%	316
Wedding Cake Note	EUR	4.104	-	4.104	3,53%	362
Xs UP Note	USD	12.297	(340)	11.956	1,86%	365
Zero Coupon Note	USD	324	-	324	3,35%	1.826
Index Linked Interest and Credit Linked Notes	USD	26.811	(1.111)	25.700	1,50%	1.076
Uncapped Notes with Contingent Minimum coupon	USD	68.771	(12.828)	55.943	3,41%	659
Uncapped Notes with Contingent Minimum coupon	EUR	419	-	419	2,98%	729
Uncapped Notes	USD	46.873	(6.031)	40.843	2,20%	372
Phoenix Autocall Note	USD	34.073	(540)	33.533	0,89%	875
Step Up Notes	USD	28.849	(600)	28.250	3,85%	398
Step Up Notes	EUR	600	-	600	3,14%	183
CLN Linked to Corporate Bonds	USD	177.824	-	177.824	2,98%	460
CLN Linked to Corporate Bonds	EUR	983	-	983	4,70%	398
Fixed/US Inflation Index Linked Interest and Credit Linked Notes	USD	1.696	-	1.696	3,75%	1.795
CLN Linked to Spanish Sovereign Bonds	EUR	1.004	-	1.004	2,82%	398
FX Linked Notes	USD	100.250	-	100.250	2,11%	209
Phoenix Autocall Range Accrual Note	USD	33.650	(268)	33.382	1,25%	1.087
Fixed Rate Notes	USD	3.255	-	3.255	2,87%	1.086
Capped Notes with Contingent Minimum Coupon	USD	73.180	(3.241)	69.938	2,42%	421
Step Up Knock-In Reverse Convertible Notes	USD	5.732	-	5.732	2,29%	707
Knock-In Reverse Convertible Note - European	USD	431	-	431	3,14%	1.094
CLN Linked to Brazilian Sovereign Bonds	USD	31.414	(874)	30.540	2,55%	732
US Inflation Linked Note	USD	773	-	773	7,00%	1.826
Lock-In Best Coupon Note	USD	1.797	-	1.797	0,59%	1.093
Shark Note	USD	629	-	629	2,86%	1.089
Double Knock Out Straddle Note	USD	849	-	849	3,77%	367
CLN Linked to Mexican Sovereign Bonds	USD	421	-	421	3,10%	365
Capped Notes with Guaranteed Coupon	USD	3.128	-	3.128	1,24%	182
				<u>979.148</u>		

Instrumentos Financeiros Compostos em 31 de Dezembro de 2010

Tipo de Emissão	Moeda	Montante da emissão em EUR'000	Recompras	Saldo em 31.12.2010	Taxa de juro efectiva média	Prazo médio de emissão inicial
Brazilian Foreign Exchange Index Linked Note	USD	106.626	-	106.626	2,12%	816
Credit Linked Note linked to Brazil Global Bonds	USD	85.217	(1.535)	83.682	1,74%	575
Dual Currency Notes	USD	151	-	151	1,21%	180
First to Default Credit Linked Note	USD	2.232	-	2.232	1,43%	1.836
FX Basket Note	USD	7.724	-	7.724	3,00%	758
Knock In Reverse Convertible Note	USD	6.764	-	6.764	0,78%	115
Phoenix Worst Of Autocall Note	USD	112.788	-	112.788	0,35%	309
Phoenix Worst Of Autocall Note	EUR	855	-	855	0,80%	365
USD Inflation Linked Note	USD	5.246	(1.194)	4.052	3,57%	1.426
Wedding Cake Note	USD	1.335	-	1.335	1,90%	270
Wedding Cake Note	EUR	2.690	-	2.690	1,59%	364
Worst Of Reverse Convertible Note	USD	9.718	-	9.718	1,51%	250
Xs UP Note	USD	5.259	-	5.259	1,63%	302
Xs UP Note	EUR	691	-	691	2,41%	546
Zero Coupon Note	USD	2.642	-	2.642	2,75%	734
Knock-in Reverse Convertible Notes	USD	8.988	(4.709)	4.279	2,92%	1.453
Phoenix switch Worst Of Autocall Note	USD	5.385	-	5.385	0,46%	233
Index linked Interest and Credit linked Notes	USD	3.175	-	3.175	3,94%	1.093
Step up notes	USD	17.158	-	17.158	1,73%	380
Uncapped Notes with Contingent Minimum coupon	USD	27.907	(372)	27.535	1,96%	732
Credit Linked Notes	USD	17.882	-	17.882	1,91%	1.128
Uncapped Notes	USD	30.662	-	30.662	1,95%	366
Phoenix Autocall Note	USD	11.504	-	11.504	0,83%	667
Best of Rate Notes	USD	3.495	(72)	3.423	3,60%	357
				<u>468.212</u>		

NOTA 23 - PASSIVOS POR IMPOSTOS

Esta rubrica analisa-se como segue:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Passivos por impostos correntes		
IRC a pagar	<u>8.530</u>	<u>5.843</u>
	<u>8.530</u>	<u>5.843</u>
Passivos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	<u>10.610</u>	<u>8.235</u>
	<u>10.610</u>	<u>8.235</u>
	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Passivos por impostos diferidos		
- A pagar dentro de 12 meses	-	-
- A pagar após mais de 12 meses	<u>10.610</u>	<u>8.235</u>
	<u>10.610</u>	<u>8.235</u>

NOTA 24 - PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica analisa-se como segue:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Emissões Subordinadas	83.156	91.822
- Tituladas	59.970	69.370
- Não tituladas	23.186	22.452
Juros a pagar	98	90
Encargos com as emissões	<u>(138)</u>	<u>(48)</u>
	<u>83.116</u>	<u>91.864</u>

O detalhe dos passivos subordinados é apresentado de seguida:

Passivos subordinados em 31 de Dezembro de 2011

Entidade emitente	Designação		Data de emissão	Moeda	Quantidade	Montante da emissão em moeda	Montante da emissão em EUR'000	Recompras	Saldo em 31.12.2011	Taxa de juro			Cupão	Maturidade	"Call Option" aos cupões	Registo em bolsa
										Indexante	Spread	TxActual				
IBBAInt - SFI	Subordinated Floating Rate Notes	(a)	Dez-05	EUR	100.000	100.000.000	100.000	(40.030)	59.970	Euribor 3m	+ 1,050%	2,07200%	1º ao último	Dez-15	10º e seguintes	Luxemburgo
IBBAInt Cayman	Subordinated Loan Agreement	(b)	Set-07	USD	n.a.	30.000.000	23.186	-	23.186	Libor 6m	+ 0,375%	0,91456%	Semestral	Set-17	10º e seguintes	-
									<u>83.156</u>							

(a) Estes títulos foram colocados e tomados firme por um sindicato bancário constituído pelo Bayerische Hypo-Vereinsbank AG, Itau BBA International (Cayman) Limited and Landesbank Baden-Württemberg

(b) Este empréstimo subordinado foi celebrado com uma instituição de crédito pertencente ao Grupo Itaú Unibanco (Brasil)

Passivos subordinados em 31 de Dezembro de 2010

Entidade emitente	Designação		Data de emissão	Moeda	Quantidade	Issue amount in currency	Issue amount in EUR'000	Recompras	Saldo em 31.12.2010	Taxa de juro			Cupão	Maturidade	"Call Option" aos cupões	Registo em bolsa
										Indexante	Spread	TxActual				
IBBAInt - SFI	Subordinated Floating Rate Notes	(a)	Dez-05	EUR	100.000	100.000.000	100.000	(30.630)	69.370	Euribor 3m	+ 1,050%	2,07200%	1º ao último	Dez-15	10º e seguintes	Luxemburgo
IBBAInt Cayman	Subordinated Loan Agreement	(b)	Set-07	USD	n.a.	30.000.000	22.452	-	22.452	Libor 6m	+ 0,375%	0,83781%	Semestral	Set-17	10º e seguintes	-
									<u>91.822</u>							

(a) Estes títulos foram colocados e tomados firme por um sindicato bancário constituído pelo Bayerische Hypo-Vereinsbank AG, Itau BBA International (Cayman) Limited and Landesbank Baden-Württemberg

(b) Este empréstimo subordinado foi celebrado com uma instituição de crédito pertencente ao Grupo Itaú Unibanco (Brasil)

NOTA 25 - OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Credores e outros recursos		
Sector Público Administrativo	1.695	2.205
Outros Credores	2.991	397
	<u>4.686</u>	<u>2.602</u>
Encargos a pagar		
Gastos com pessoal	28.359	12.189
Gastos gerais administrativos		
Auditoria	520	528
Consultoria	208	675
Estruturação e suporte técnico	256	726
Outros serviços especializados	79	-
Outros fornecimentos de terceiros	857	52
Outros		442
Outros encargos a pagar	8.829	6.284
	<u>39.108</u>	<u>20.896</u>
Receitas com rendimento diferido		
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	2.015	3.146
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	306	569
Outras receitas com rendimento diferido	1.354	1.451
	<u>3.675</u>	<u>5.166</u>
Outras contas de regularização		
Operações passivas a regularizar	7.945	-
Posição Cambial/Operações Cambiais a liquidar		-
Outras operações a regularizar	32.661	
Valores cobrados	-	27.639
Títulos em negociação	-	79
Outras	4.347	2.137
	<u>44.953</u>	<u>29.855</u>
	<u>92.422</u>	<u>58.519</u>

NOTA 26 - PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas imparidades e provisões do Grupo durante o exercício de 2011 foi o seguinte:

	Saldo em 31.12.2010	Aumentos	Reposições/ Reversões	Utilizações	Flutuação cambial	Saldo em 31.12.2011
Activo						
Imparidade em Crédito a Clientes (Nota 12)	11.764	2.625	(2.142)	-	3	12.250
Imparidade para Goodwill (Nota 14)	-	8.890	-	-	-	8.890
Imparidade para Activos Intangíveis (Nota 14)	-	1.241	-	-	-	1.241
	11.764	12.756	(2.142)	-	3	22.381
Passivo						
Provisões para garantias e compromissos assumidos	118	153	(139)	-	-	132
Outras provisões	1.074	-	-	(48)	-	1.026
	1.192	153	(139)	(48)	-	1.158
Total	12.956	12.909	(2.281)	(48)		23.539

O movimento ocorrido nas imparidades e provisões do Grupo durante o exercício de 2010 foi o seguinte:

	Saldo em 31.12.2009	Aumentos	Reposições/ Reversões	Utilizações	Flutuação cambial	Saldo em 31.12.2010
Activo						
Imparidade em Crédito a Clientes (Nota 12)	13.395	1.475	(3.106)	-	-	11.764
	13.395	1.475	(3.106)	-	-	11.764
Passivo						
Provisões para garantias e compromissos assumidos	311	148	(341)	-	-	118
Outras provisões	1.313	-	-	(239)	-	1.074
	1.624	148	(341)	(239)	-	1.192
Total	15.019	1.623	(3.447)	(239)		12.956

NOTA 27 - CAPITAL

Conforme deliberado em Assembleia Geral de 2 de Junho de 2009, foi efectuado um aumento de capital na Sociedade no valor de €97.622 milhares, realizado integralmente em dinheiro com a admissão de novo sócio, a sociedade Zux Cayman Company Limited.

A Zux Cayman Company Limited entregou o montante de €152.700 milhares, sendo €97.622 milhares para a entrada como nova sócia (que ficou a constituir uma nova quota de igual valor nominal) e €55.078 milhares a título de prémio de emissão.

A 27 de Novembro de 2009, a quota da Zux Cayman Company Limited no valor de €97.622 milhares foi dividida em duas, uma no valor de €85.774 milhares e outra no valor de €11.848 milhares, que foram na mesma data vendidas às outras sócias, a Itaúsa Export S.A. e o Banco Itaú S.A., pelos valores de €138.507 milhares e €19.133 milhares respectivamente, o que reembolsou além do capital também o prémio de emissão na mesma proporção.

Ainda na mesma data, a Itaúsa Export S.A. e o Itaú Unibanco S.A. unificaram as suas respectivas quotas, passando cada uma a deter uma única quota do capital da Itaúsa Europa, no valor de €357.944 milhares e €49.446 milhares, respectivamente.

Em Junho de 2011 a Itaúsa Export alterou a sua denominação social para Itaú Unibanco Consultoria S.A..

A 31 de Dezembro de 2011 a Itaúsa Export foi incorporada por fusão com a ITB Holding Brasil Participações Ltda., participada a 100% pelo Itaú Unibanco S.A.

Em 31 de Dezembro de 2011, o capital social da Itaúsa Europa ascendia a €407.390 milhares (2010: €407.390 milhares), integralmente subscrito e realizado, e era representado por 2 quotas como segue:

	31.12.11		31.12.10	
	Valor da quota	% capital	Valor da quota	% capital
ITB Holding Brasil Participações Ltda.	357.944	87,86%	357.944	87,86%
Itaú Unibanco S.A.	49.446	12,14%	49.446	12,14%
	<u>407.390</u>	<u>100%</u>	<u>407.390</u>	<u>100%</u>

NOTA 28 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO DE JUSTO VALOR

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Reservas de reavaliação de justo valor		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		
Instrumentos de dívida	(1.904)	(1.804)
Impostos diferidos	525	509
	<u>(1.379)</u>	<u>(1.295)</u>

NOTA 29 - OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Reserva legal	43.107	40.160
Prémio de emissão	55.078	55.078
Reserva de flutuação cambial	17.431	5.621
Reserva de Cobertura do investimento líquido em unidades operacionais no estrangeiro	(16.246)	(6.306)
Outras reservas e resultados transitados	120.191	147.071
	<u>219.561</u>	<u>241.624</u>

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital.

O movimento registado na rubrica de variações cambiais e outros movimentos na demonstração de rendimento integral consolidado refere-se essencialmente às variações ocorridas no capital próprio da associada indirecta Banco BPI durante o exercício de 2011.

NOTA 30 - INTERESSES MINORITÁRIOS

Esta rubrica analisa-se como segue:

	Balço		Demonstração de resultados	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Accionistas minoritários de:				
Itaúsa Portugal, SGPS, S.A.	6	8	(1)	1
BIE Luxembourg, SA	18	49	-	(2)
	24	57	(1)	(1)

NOTA 31 - CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Garantias recebidas		
Garantias e avales	1.885.495	2.968.681
Cartas de crédito "stand-by"	771.508	941.885
Activos recebidos em garantia	3.764.061	3.944.085
	6.421.064	7.854.651
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias Reais		
Títulos dados em garantia	14.498	-
Garantias Institucionais		
Garantias e avales	163.723	106.503
Cartas de crédito "stand-by"	60.841	43.593
Outras garantias institucionais prestadas	39.216	29.269
	278.278	179.365
Compromissos		
Linhas de crédito irrevogáveis	557.503	606.020
Residentes	40.000	50.000
Não residentes	517.503	556.020
Linhas de crédito revogáveis	491.619	300.149
	1.049.122	906.169
Responsabilidades por prestação de serviços		
Activos sob gestão	9.729.335	9.529.072
Banco Itaú Europa Luxemburgo	5.551.072	6.113.341
Banco Itaú Europa International	3.757.886	3.222.209
BIE Bank & Trust Bahamas Limited	155.881	189.914
Banco Itaú Suisse	264.496	3.608
Operações financeiras vendidas	237.750	179.837
Depósito e guarda de valores	-	17.160
Outras responsabilidades por prestação de serviços	-	522
	9.967.085	9.726.591

Em 31 de Dezembro de 2011, os títulos dados em garantia correspondem a activos financeiros disponíveis para venda (Ver **Nota 10**) e encontram-se detalhados abaixo:

	31.12.2011		31.12.2010	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Títulos dados em penhor:				
- A outras entidades				
REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 2-1-2015	34.442	14.498	-	-
		14.498		-
		14.498		-

NOTA 32 - MARGEM FINANCEIRA

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Juros e Rendimentos Similares		
Juros de disponibilidades em bancos centrais	1.628	1.929
Juros de disponibilidades em instituições de crédito	223	179
Juros de aplicações em instituições de crédito	3.321	3.726
Juros de crédito	82.637	66.041
Juros de crédito vencido	481	11
Juros de títulos detidos para negociação	-	1
Juros de outros activos financeiros		
ao justo valor através de resultados	-	23
Juros de títulos disponíveis para venda	4.101	1.135
Outros juros e rendimentos similares	-	-
	92.391	73.045
Juros e Encargos Similares		
Juros de captações de bancos centrais	-	-
Juros de captações de instituições de crédito	(15.458)	(13.952)
Juros de depósitos de clientes	(3.848)	(4.085)
Juros de emissão de obrigações	(6.282)	(7.653)
Juros de emissão de certificados de depósito	(3.759)	(3.037)
Juros de emissão de instrumentos financeiros compostos	(12.193)	(6.514)
Juros de emissão de obrigações subordinadas		
- tituladas	(1.539)	(951)
- não tituladas	(188)	(203)
Outros juros e encargos similares	(325)	(182)
	(43.592)	(36.577)
Margem Financeira	48.799	36.468

O total de proveitos de juros decorrentes de activos mensurados ao custo amortizado no exercício de 2011 foi de €88.290 milhares (31.12.2010: €71.886 milhares).

O total de custos de juros decorrentes de activos mensurados ao custo amortizado no exercício de 2011 foi de €43.272 milhares (31.12.2010: €36.402 milhares).

NOTA 33 - COMISSÕES LÍQUIDAS

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Comissões Recebidas		
Por Garantias Prestadas	1.511	1.729
Por Compromissos Assumidos Perante Terceiros	4.971	3.428
Por Operações sobre Instrumentos Financeiros	533	214
Por Serviços Bancários Prestados	60.864	61.520
Por Operações Realizadas por Conta de Terceiros	30.515	27.712
Proveitos de outras comissões	46	2
	<u>98.440</u>	<u>94.605</u>
Comissões Pagas		
Por Garantias Recebidas	(4.103)	(4.297)
Por Compromissos Assumidos Por Terceiros	(4)	(66)
Por Serviços Bancários Prestados Por Terceiros	(1.531)	(1.403)
Por Operações Realizadas por Terceiros	(2.465)	(2.464)
Custos de outras comissões	(113)	(391)
	<u>(8.216)</u>	<u>(8.621)</u>
Comissões Líquidas	<u>90.224</u>	<u>85.984</u>

NOTA 34 - GANHOS E PERDAS NÃO CORRENTES

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Rendimentos e Receitas Operacionais		
Proveitos pela prestação de serviços	108	-
Reembolso de despesas	950	843
Outros proveitos	4.382	2.069
	<u>5.440</u>	<u>2.912</u>
Encargos e Gastos Operacionais		
Quotizações e Donativos	(330)	(289)
Outros gastos operacionais	(6.838)	(8.927)
	<u>(7.168)</u>	<u>(9.216)</u>
Outros impostos		
Impostos indirectos	(2.092)	(937)
Impostos directos	(1.786)	(433)
	<u>(3.878)</u>	<u>(1.370)</u>
	<u>(5.606)</u>	<u>(7.674)</u>

NOTA 35 – RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		
Resultados de activos financeiros detidos para negociação	(4.921)	33.667
Resultados de passivos financeiros detidos para negociação	36.102	(44.081)
Resultados de outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	8.563	13.411
Resultados de instrumentos derivados	8.959	(33.577)
Resultados de reavaliação cambial	(31.622)	41.841
	<u>17.081</u>	<u>11.261</u>
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		
Títulos de dívida	(1.005)	275
Títulos de capital	(152)	-
	<u>(1.157)</u>	<u>275</u>
Outros resultados em operações financeiras		
Resultados de alienação de outros activos	275	(464)
Outros resultados em operações financeiras	(215)	-
	<u>60</u>	<u>(464)</u>
	<u>15.984</u>	<u>11.072</u>

NOTA 36 - CUSTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização	4.051	3.296
Remuneração de empregados	45.756	40.970
Encargos sociais	4.918	4.245
Outros custos com o pessoal	12.989	3.208
	<u>67.714</u>	<u>51.719</u>

Em 31 de Dezembro de 2011, o número de colaboradores (incluindo os membros dos Órgãos Sociais) ao serviço do Grupo é de 417 (31.12.2010: 388 colaboradores).

NOTA 37 - GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica analisa-se como segue:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Fornecimentos	856	876
Serviços		
Rendas e Alugueres	4.215	3.662
Comunicações	1.746	1.512
Deslocações, estadas e representações	3.708	3.276
Publicações	1.003	909
Conservação e reparação	533	544
Formação de pessoal	499	467
Seguros	422	448
Serviços especializados	15.310	15.497
Outros serviços de terceiros	2.723	3.303
	<u>30.159</u>	<u>29.618</u>
	<u>31.015</u>	<u>30.494</u>

NOTA 38 - IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

O pagamento dos impostos sobre os lucros apurados em entidades com sede em Portugal é efectuado com base em declarações de auto liquidação, que ficam sujeitas a inspecções e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos contado a partir do ano a que respeitam os impostos apurados.

O Grupo tem reconhecido como dedução à base tributável de IRC, nas respectivas demonstrações de resultados individuais, os montantes calculados com base nos valores a pagar e/ou pagos em Portugal, os quais incluem o respectivo encargo do lucro gerado no período pela subsidiária sediada nas Ilhas Caimão. Adicionalmente, o encargo acima referido incluía o efeito inerente às deduções fiscais reportáveis, as quais resultam de situações de dupla tributação.

A análise comparativa do encargo com IRC é como segue:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Impostos correntes		
Da Subsidiária nas Ilhas Caimão	(815)	(747)
Do resultado sujeito a Tributação no exercício em análise	(12.328)	(5.308)
De deduções específicas - dupla tributação	-	-
Outros	<u>(1.340)</u>	<u>(605)</u>
	<u>(14.483)</u>	<u>(6.660)</u>
Impostos diferidos		
Instrumentos Financeiros Derivados	-	(220)
Imparidade de Crédito	366	(406)
Imparidade de Garantias e Compromissos	2	(28)
Provisões não aceites fiscalmente	(1.495)	-
Anulação de provisões aceites fiscalmente	-	(270)
Imputação Lucros da Subsidiária nas Ilhas Caimão	(374)	(2.254)
Bónus a pagar	2.042	1.700
Outros	<u>472</u>	<u>1.338</u>
	<u>1.013</u>	<u>(140)</u>

NOTA 39 - PARTES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2011, não há qualquer montante de crédito concedido a membros da Gerência da Sociedade e subsidiárias.

O Grupo regista os seguintes saldos com partes relacionadas:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Entidades relacionadas			Entidades relacionadas		
	Grupo IPI (1)	Grupo Itaú Unibanco (Brasil) (2)	Total	Grupo IPI (1)	Grupo Itaú Unibanco (Brasil) (2)	Total
Activos:						
Disponibilidades em outras Instituições de Crédito	368	10.064	10.432	1.336	7.432	8.768
Activos financeiros detidos para negociação	-	46.872	46.872	-	59.915	59.915
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	752	752
Aplicações em Instituições de Crédito	-	40.483	40.483	117.593	30.991	148.584
Crédito a clientes	25.017	-	25.017	24.524	-	24.524
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	32.243	-	32.243	158.123	-	158.123
Outros activos	17	552	605	7	95	102
	57.645	97.971	155.652	301.583	99.185	400.768
Passivos:						
Passivos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	-	45.857	45.857	-	29.124	29.124
Recursos de outras Instituições de Crédito	45.284	212.953	258.237	19.774	876.221	895.995
Recursos de Clientes e outros empréstimos	287	2.015	7.606	20.281	2.037	22.318
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	-
Passivos subordinados	-	23.242	23.242	-	22.502	22.502
Outros passivos	-	1.647	1.647	-	3.357	3.357
	45.571	285.714	336.589	40.055	933.241	973.296
Resultados:						
Juros e rendimentos similares	810	1.052	1.868	1.144	119	1.263
Juros e encargos similares	(350)	(4.839)	(5.189)	(1.190)	(5.688)	(6.878)
Resultados em operações financeiras	-	4.025	4.025	-	96.197	96.197
Comissões recebidas	-	788	788	-	2.642	2.642
Comissões pagas	(1)	(3.255)	(3.256)	(2)	(4.397)	(4.399)
Outros proveitos	-	558	558	-	25	25
Outros custos	-	7.546	7.546	-	(9.130)	(9.130)
	459	5.875	6.340	(48)	79.768	79.720
Extrapatrimoniais:						
Garantias recebidas	-	585.929	585.929	1.295	383.294	384.589
Garantias prestadas	-	-	-	-	48.140	48.140
Operações cambiais e outros instrumentos derivados						
Compra	-	682.115	682.115	-	2.254.776	2.254.776
Venda	-	2.386.642	2.386.642	-	(2.275.641)	(2.275.641)
	-	3.654.686	3.654.686	1.295	410.569	411.864

(1) Os Proveitos e Custos com o Grupo IPI correspondem a saldos contabilísticos, antes de ajustamentos de consolidação.

(2) Inclui as empresas Afinc Américas Madeira, Banco Itaú BBA Nassau, Banco Itaú BBA S. Paulo, Banco Itaú Cayman, Banco Itaú New York, Banco Itaú S. Paulo, Itaú Bank Cayman, Itaú BBA Securities, Banco Itaú Chile, Zux Cayman, Banco Itaú Uruguai, Banco Itaú Argentina, Banco Itaú Paraguay, Itaú Bank & Trust Cayman, Itaú Unibanco SA, Itaú Unibanco Holding, SA.

NOTA 40 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Fevereiro de 2012, as subsidiárias BIE-Nominees e BIE-Directors foram vendidas a outra empresa do grupo Itaú Unibanco por cerca de USD 11 milhares cada.

Também em Fevereiro de 2012, a Itaúsa Portugal adquiriu uma empresa com sede em Londres, Reino Unido, pelo valor de 1 libra esterlina. Ainda no mesmo mês procedeu-se a um aumento de capital de 99 libras, à redenominação do capital para USD 158,15 e à sua redução para USD 150.

A 20 de Abril de 2012, a IPI e a CaixaBank S.A. assinaram contrato de compra e venda da totalidade de acções do Banco BPI detidas pela IPI pelo valor de €0,50 por cada acção, no total de €93.420.330.

NOTA 41 – OUTRAS DIVULGAÇÕES

- Honorários da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Os honorários facturados em termos individuais pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, durante o exercício de 2011, decompõem-se como segue:

	<u>2011</u>
Revisão Legal de Contas e Auditoria	830
Outros Serviços de Garantia e Fiabilidade	<u>208</u>
	<u>1.038</u>

Anexo – Carta-Circular do Banco de Portugal n. 58/2009/DSB, de 5 de Agosto

(Adopção das Recomendações do Financial Stability Fórum (FSF) e do Committee of European Banking Supervisors (CEBS) relativas à Transparência da Informação e à Valorização dos Activos)

A Itaúsa Europa Investimentos, SGPS, Lda. (“Itaúsa Europa”), empresa-mãe do Grupo Itaúsa, é uma sociedade gestora de participações sociais, com sede na Zona Franca da Madeira, que, nos termos do artigo 2º dos seus Estatutos e em conformidade com o artigo 1º do Decreto-Lei n.º 495/88, de 30 de Dezembro (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 378/98, de 27.11), tem por objecto contratual exclusivamente a gestão de participações sociais de outras sociedades.

A Itaúsa Europa é titular de uma única participação social, constituída pela quase totalidade (99,99%) do capital da Itaúsa Portugal, SGPS, S.A. (“Itaúsa Portugal”), a qual, a seu turno, é titular da totalidade do capital do Banco ItaúBBA International, S.A. (“IBBAInt”). Todas as demais entidades integrantes do Grupo Itaúsa, como tal entendido o conjunto de sociedades incluídas no perímetro da supervisão em base consolidada exercida pelo Banco de Portugal, estão sob controlo do IBBAInt, quer directamente, quer por meio de suas subsidiárias.

Atendendo a esta estrutura societária e à natureza das actividades desenvolvidas pela empresa-mãe, circunscritas à gestão da participação social indirectamente detida no IBBAInt, é ao nível deste, o qual efectivamente exerce actividade financeira (directa e indirectamente - através de subsidiárias), e não da respectiva holding, que podem ser avaliados os impactos da recente crise da dívida soberana europeia.

Da mesma forma, em termos de descrição de modelo de negócio e de sistema de gestão de riscos, é também ao nível do Banco Itaú BBA International, S.A. que esta análise se torna possível, uma vez que, como já esclarecido, a Itaúsa Europa carece de qualquer actividade operacional.

Nestes quadros, a Itaúsa Europa considera que, sem prejuízo da sua responsabilidade pela situação financeira consolidada, bem como pela informação necessária ao exercício da supervisão prudencial, é mais adequado e eficaz que as informações de que trata a Carta-Circular n. 58/2009/DSB, de 05 de Agosto, do Banco de Portugal, tenham por base o Banco Itaú BBA International, S.A. e o respectivo Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras de 2011.

Face ao exposto, de modo a permitir a essa Autoridade de Supervisão que avalie o cumprimento pelo Grupo Itaúsa das recomendações do Financial Stability Forum (FSF) e do Committee of European Banking Supervisors (CEBS) relativas à Transparência da Informação e à Valorização

dos Activos, o Anexo previsto na Carta-Circular n. 58/2009/DSB, de 05 de Agosto, do Banco de Portugal, remete para o Relatório de Gestão e para as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Itaú BBA International, S.A., informação pública disponível em www.itaubba.eu.



Certificação Legal das Contas Consolidadas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da Itaúsa Europa Investimentos, SGPS, Lda, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2011 (que evidencia um total de €5.211.632 milhares e um total de capital próprio de €576.330 milhares, incluindo um resultado líquido negativo de €49.266 milhares), as Demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, de alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e as correspondentes Notas explicativas.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade da Gerência a preparação do Relatório consolidado de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Gerência, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

A

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.com/pt

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente. Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o n.º 9077

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Itaúsa Europa Investimentos, SGPS, Lda em 31 de dezembro de 2011, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação financeira consolidada constante do Relatório consolidado de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

16 de maio de 2012

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Aurélio Adriano Rangel Amado, R.O.C.




Relatório e Parecer do Conselho Fiscal (contas consolidadas)

Aos Sócios,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório consolidado de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas apresentadas pela Gerência da Itaúsa Europa Investimentos, SGPS, Lda relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Sociedade e das suas filiais e associadas mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Sociedade e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, do sistema de gestão de risco e da auditoria interna e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Acompanhámos igualmente os trabalhos desenvolvidos pela PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda e apreciamos a Certificação Legal das Contas Consolidadas, em anexo, com a qual concordamos.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) o Balanço consolidado, as demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, de alterações no capital próprio, dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira consolidada da Sociedade, dos seus resultados consolidados, do rendimento integral consolidado, das alterações no capital próprio consolidado e dos fluxos consolidados de caixa;

ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;

iii) o Relatório consolidado de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Sociedade e do conjunto das filiais e associadas incluídas na consolidação, evidenciando os aspetos mais significativos.

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas da Gerência e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas Consolidadas, somos do parecer que:

i) seja aprovado o Relatório consolidado de gestão;

ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras consolidadas.



6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento à Gerência e a todos os colaboradores da Sociedade com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

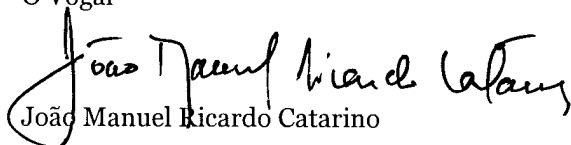
16 de maio de 2012

O Presidente do Conselho Fiscal



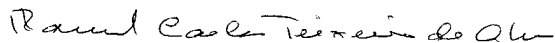
José da Mata de Sousa Mendes

O Vogal



João Manuel Ricardo Catarino

O Vogal



Manuel Carlos Teixeira de Abreu